



Anais da Assembléia

Nº 21

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE MARÇO DE 1991

ANO XVII

L. SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA

ATA DA 15.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 1991

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Durval Amaral, Edison Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, e Toti Colaço (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Doutor Rosinha, João Iensen, Mário Bezerra, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Rafael Greca de Macedo e Rossoni (10).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, as qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

Curitiba, 14 de março de 1991.

MENSAGEM Nº 12/91

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a, nos termos do art. 10, da Constituição Estadual, ceder em caráter de utilização gratuita, ao município de Curitiba as áreas que especifica, às margens do lago da Represa do Passaúna, partes de áreas maiores havidas pela Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa é altamente significativo e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, pois as áreas cuja cessão se pretende efetivar serão utilizadas pelo município de Curitiba na implantação de um Jardim Ambiental e no desenvolvimento de outros projetos de proteção e educação ecológica.

O anteprojeto em referência contém ainda dispositivo expresso no sentido de que tal cessão terá validade pelo prazo de 5 (cinco) anos, prorrogáveis por igual período, tornando-se inválida caso as mencionadas áreas sejam utilizadas para finalidades diversas daquelas previstas.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Por força do artigo 10 da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao município de Curitiba, áreas de terras que somam 1.210.650,00 m² (um milhão, duzentos e dez mil, seiscentos e cinquenta metros quadrados), às margens da Represa do Passaúna, parte de áreas maiores havidas por escrituras públicas lavradas no 2º Tabelionato de Curitiba e descritas conforme memorial descritivo elaborado pela Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA e que faz parte integrante desta lei.

Parágrafo Único - As áreas referidas no "caput" deste artigo deverão ser exclusivamente utilizadas pela Cessionária na implantação de um Jardim Ambiental e no desenvolvimento de outros projetos de proteção e educação ecológica.

Art. 2º - A cessão de uso de que trata esta lei vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data em que for celebrado o respectivo termo, podendo, mediante

consenso entre as partes, ser prorrogado por igual período.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIO:

Sob os n.ºs DFL/SAT/106, 107 e 108/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando o haver Sancionado os Projetos de Lei números:

013/91: Da Procuradoria Geral da Justiça, que dispõe que a gratificação de responsabilidade técnica, prevista pela Lei n.º 9.049/89, fica estendida aos ocupantes de cargos de nível universitário da Procuradoria Geral da Justiça, na forma que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.576. Anote-se, Arquive-se.

047/91: Do Poder Executivo, que altera os dispositivos que especifica da Lei n.º 4.766, de 13 de novembro de 1963, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.577. Anote-se, Arquive-se.

028/91: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Foz do Iguaçu - APAE, o imóvel que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 9.578. Anote-se - Arquive-se.

Sob o n.º ARG/0010/91, do Senhor Governador do Estado, solicita a devolução, todos os projetos oriundos e de interesse do Poder Executivo, ora em tramitação nessa Assembléia Legislativa. À Diretoria Legislativa, para as devidas providências.

OFÍCIO N.º Lid. PMDB
18 de março de 1991.
Senhor Presidente.

Curitiba,

Servimo-nos do presente para comunicar a Vossa Excelência que, a partir de 15 de março próximo, estaremos acumulando a Liderança do Governo junto a esta Assembléia Legislativa, haja vista que o Deputado Caíto Quitana estará assumindo a Chefia da Casa Civil do Governo.

Sendo o que se apresenta para o momento, colhemos a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência nossos protestos de consideração e apreço.

(a) ORLANDO PESSUTI.
Líder do PMDB

Ofício n.º 08/91 PT-LID.
Senhor Presidente.

Temos a satisfação de informá-lo, por meio do presente, que o Deputado Dr. Rosi-

nha integrará a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde como representante da Bancada do Partido dos Trabalhadores neste Legislativo.

Sendo o que se apresenta para a oportunidade, prevaleçamo-nos do ensejo para renovar nossas expressões de estima e consideração.

(a) ERNANI PUDELL.
Líder da Bancada - PT

Of.º 399/91

Curitiba, em 14 de março de 1991.
Senhor Presidente.

Cumprimentando Vossa Excelência, venho, pelo presente, passar-lhe às mãos cópia do Acórdão sob n.º 605/91, proferido em sessão plenária deste Tribunal de Contas, nesta data, relativo ao registro da aposentadoria do Conselheiro Antonio Ferreira Rüppel, no protocolado sob n.º 3967/91-TC-fls.36.

Nesta oportunidade, renovo a Vossa Excelência as expressões de meu mais alto apreço.

(a) JOÃO CÂNDIDO FERREIRA DA CUNHA PEREIRA

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.º 432

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, que a apreciação dos vetos constantes da Ordem do Dia da presente sessão se faça em dois blocos, conforme se especifica:

1º Bloco - Proposições n.ºs 148/90, 005, 010, 015, 019 e 024/91;

2º Bloco - 182/90, 013, 027 e 004/91.

Sala das Sessões, em 18.03.91

(aa) ORLANDO PESSUTI - Líder do PMDB;
HERMAS BRANDAO - Líder do PSDB;
ERONDY SILVÉRIO - Líder do PTB;
GERALDO CARTÁRIO - Líder do PDT;
ERNANI PUDELL - Líder do PT;
COSTENARO NETO - Líder do PFL;
COLOMBINO GRASSANO - Líder do PL;
PAULO MAIA - Líder do PSB;
NELSON JUSTOS.

REQUERIMENTO N.º 431

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a constituição de uma representação de parlamentares, integrantes deste Poder, para representar a Casa, na cerimônia de posse do novo presidente da Associação Comercial de São Paulo, Doutor Lincoln da Cunha Pereira, em data marcada do corrente mês.

Sala das Sessões, em 18.03.91

(a) GERALDO CARTÁRIO.
JUSTIFICATIVA:

O ex-Deputado Estadual Lincoln da Cunha Pereira, que ocupou importantes funções públicas em nosso Estado, inclusive a Secretaria do Trabalho, está há muitos anos radicado em São Paulo, onde na condição de empresário tem sido um dos líderes do setor industrial. Ele atinge, agora, a posição de dirigente máximo da entidade que congrega as forças do comércio bandeirante, um reconhecimento da sua capacidade gerencial das mais poderosas unidades da federação brasileira.

Nasceu em 13 de fevereiro de 1928, em Curitiba, filho do desembargador Francisco da Cunha Pereira e de Dona Julinda da Cunha Pereira.

Fez o curso primário no Grupo Escolar "Rio Branco", o secundário no Colégio "Santa Maria" e o superior na Faculdade de Direito da Universidade do Paraná. É bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Desempenhou cargos como presidente da União Paranaense dos Estudantes (quando acadêmico, assistente técnico da presidência do Tribunal de Justiça do Paraná, diretor do Departamento de Fronteiras do Paraná e secretário do Trabalho e Assistência Social.

Foi fundador do Jornal "Folha Universitária" e do ginásio noturno "Doutor João Cândido", gratuito e que tantos serviços tem prestado aos menos favorecidos pela sorte.

Ocupou a Assembléia Legislativa como suplente e posteriormente, em novo período, como titular em 03 de outubro de 1958.

REQUERIMENTO N° 433

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após o ouvido douto Plenário, o registro de voto de pesar, pelo falecimento do senhor João Schultz Filho, de 63 anos. Que se comunique tal registro aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 18.03.91

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de exemplar pai de família, avô, que deixa muita lembrança e cuja vida foi totalmente dedicada a comunidade, sua família.

Por esta razão, registramos o pesar de todos nós.

REQUERIMENTO N° 430

Senhor Presidente.

Os Deputados que esta subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, tomando conhecimento da morte do Doutor Amadeu Puppi - que durante vários mandatos representou o povo nesta Casa de Leis - propõe registro de um voto de profundo pesar pelo desaparecimento desse ilustre ho-

mem público e médico humanitário.

Sala das Sessões, em 18.03.91

(aa) ADEMAR TRAIANO, ANIBAL KHURY

ERONDY SILVÉRIO, AIGACI TÚLIO,

COLOMBINO GRASSANO, JOÃO ARRUDA

Apoio: DALTON MACHUCA

REQUERIMENTO N° 417

Senhor Presidente.

O Deputado Basílio Zanusso, ao final assinado, no uso de suas atribuições regimentais, Requer a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ HENRIQUE DA SILVA, ocorrido no dia 13 próximo passado, na cidade de Nova Esperança.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.03.91

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O Sr. José Henrique da Silva faleceu aos 92 anos de idade. Foi nomeado o 1° Oficial de Justiça na oportunidade que se instalou a Comarca de Nova Esperança em 1954, cidade que escolheu para viver até seus últimos dias. Funcionário público exemplar, cuidadoso e desprendido no cumprimento de suas obrigações funcionais, foi exemplo de eficiência, honestidade, dignificando assim, o exercício da ação dos servidores da Justiça naquela comarca.

REQUERIMENTO N° 416

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, Requer, após ouvido o douto Plenário, seja registrado votos de congratulações ao "Cidadão Honorário do Paraná", Leonel de Moura Brizola, pela posse de governador do Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, 18.03.91

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O engenheiro Leonel Brizola assume pela 2ª vez a chefia do Executivo fluminense. No ato de sua posse, Brizola anunciou, ao lado dos menores abandonados Elias Nascimento da Silva e Alexandre Conceição Bernardo, o propósito de construir 500 CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública), demonstrando que mais uma vez sua atuação terá como prioridade absoluta a criança e o adolescente, sobretudo os mais carentes.

Neste momento, honra-se a oportunidade de apresentarmos os votos de congratulações a esse homem público que, pela sua exemplar trajetória no cenário da política nacional, dignifica a título de "Cidadão Honorário" conferido pelo povo paranaense.

REQUERIMENTO N° 411

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de UNIÃO DA VITÓRIA, pela passagem do 101º aniversário de sua emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Prof. MÁRIO RIESEMBERG, ao Vice-Prefeito, Dr. FERNANDO BOHRER e aos Senhores Vereadores: DÉCIO PACHECO, ELOY TONON, HUSSEIN BAKRI, JAIME DA SILVA LEITE, MÁRIO CESAR PATRINI, MARTIN FRANCISCO RIBAS, OMANOEL THOMAZ DA SILVA, ODENIR BORGES e REMI HAROLDO GLEICH, como expressão do Poder Legislativo Paranaense de regozijo pelo feliz acontecimento.

Sala das Sessões, em 18.03.91

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Paraná homenageia, com este voto, a laboriosa e culta população de União da Vitória, pelos 101 anos de emancipação política a ser comemorado dia 27.03.91.

União da Vitória se consolidou como principal pólo de desenvolvimento da importante Região Sudeste do Paraná, e como portão de entrada para o vasto e rico Oeste Catarinense, junto com a cidade-gêmea de PORTO UNIÃO.

As tradições mais caras aos paranaenses, na economia, na cultura paranista, no espírito de trabalho, têm as raízes na cidade de União da Vitória, como seu casario às margens do Rio Iguaçu, seu parque industrial vigoroso baseado na transformação da madeira, da erva mate e, agora, da agricultura.

A cidade fundada pelo grande desbravador paranaense, Coronel Amazonas de Araújo Marcondes consolidou-se como uma das principais rotas da penetração luso-brasileira nas terras do Sudeste. O desenvolvimento propiciado por aquele bandeirante paranista, como a navegação a vapor pelo Rio Iguaçu, promoveu um surto de progresso que determinou o Governo Estadual a elevar a então freguesia de Porto União da Vitória à categoria de Vila, pelo Decreto nº 54, de 27 de março de 1890; e pelo Decreto nº 55, do mesmo dia, mês e ano, à categoria de município, desmembrado da centenária municipalidade de Palmas.

Desde o início a antiga concentração humana do povoado de Nossa Senhora da Vitória evidenciou sua força polarizadora. Em 1895 foram fundados a primeira escola primária e o primeiro internato, por obra de José Cleto da Silva. Dez anos depois, a cidade foi ligada ao sistema ferroviário nacional, com a Estrada de Ferro São Paulo

- Rio Grande.

Hoje o suprimento regular de energia elétrica, a modernização da agricultura e pecuária, a existência de um eixo de transporte representado por ferrovia e estradas asfaltadas, tudo faz de União da Vitória um centro regional de primeira ordem. Além de polarizar a comercialização de produtos da região e distribuição de mercadorias industrializadas para consumo, a cidade começa a consolidar uma feição industrial própria, que ajuda a radicar a população e elevar o nível da renda.

Uma bacia leiteira exitosamente implantada nos últimos anos abriu outras perspectivas à agropecuária da região de União da Vitória, na esteira de um vasto ciclo de desenvolvimento agrícola e pecuário.

Por todos esses fatores, a passagem dos 101 anos de emancipação política de União da Vitória diz muito a todos nós, paranaenses que amamos nossa terra e que a ela devotamos o melhor de nossas energias sociais.

REQUERIMENTO Nº 418

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício à Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente, no sentido de verificar denúncia de moradores de que o frigorífico de cavalos, que funciona na Colônia Augusta, está descarregando detritos no Ribeirão que passa no local (valetão) e que vem até o Colégio Ribeirão, na Santa Helena. Se for verdade, precisa de solução, já que no local está havendo presença de todo tipo de insetos, ratos, gerando graves doenças aos moradores e seus familiares.

Sala das Sessões, em 18.03.91

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Há denúncia de lideranças comunitárias do Bairro Santa Helena, nesta Capital, sobre uma possível irregularidade da empresa de abate de cavalos, na Colônia Augusta e é preciso apurar a veracidade de tal denúncia.

REQUERIMENTO Nº 407

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Senador MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, solicitando apoio quanto à não extinção do ensino gratuito de 3º grau.

Sala das Sessões, em 18.03.91

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, uma parcela mínima da população brasileira tem acesso às Universidades, muitas vezes enfrentando grandes dificuldades de ordem financeira, fato que podemos atestar tendo em vista o elevado número de pedidos de bolsas de estudo que recebemos.

Com a extinção do ensino gratuito, o acesso ficará mais restrito, tirando a oportunidade de muitos brasileiros de ingressar na universidade, agravando ainda mais a situação da educação no Brasil.

REQUERIMENTO N° 408

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado IBSEN PINHEIRO, Presidente da Câmara dos Deputados, solicitando apoio quanto à não extinção do ensino gratuito de 3° grau.

Sala das Sessões, em 18.03.91

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, uma parcela mínima da população brasileira tem acesso às universidades, muitas vezes enfrentando grandes dificuldades de ordem financeira, fato que podemos atestar tendo em vista o elevado número de pedidos de bolsas de estudo que recebemos.

Com a extinção do ensino gratuito, o acesso ficará mais restrito, tirando a oportunidade de muitos brasileiros de ingressar na universidade, agravando ainda mais a situação da educação no Brasil.

REQUERIMENTO N° 409

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora ZÉLIA CARDOSO DE MELLO, Ministra da Economia, solicitando apoio quanto à não extinção do ensino gratuito de 3° grau.

Sala das Sessões, em 18.03.91

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, uma parcela mínima da população brasileira tem acesso às Universidades, muitas vezes enfrentando grandes dificuldades de ordem financeira, fato que podemos atestar tendo em vista o elevado número de pedidos de bolsas de estudo que recebemos.

Com a extinção do ensino gratuito, o acesso ficará mais restrito, tirando a oportunidade de muitos brasileiros de ingressar na universidade, agravando ainda mais a situação da educação no Brasil.

REQUERIMENTO N° 410

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Carlos Chiarelli, Ministro da Educação, solicitando apoio quanto à não extinção do ensino gratuito de 3° grau.

Sala das Sessões, em 18.03.91

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, uma parcela mínima da população brasileira tem acesso às Universidades, muitas vezes enfrentando grandes dificuldades de ordem financeira, fato que podemos atestar tendo em vista o elevado número de pedidos de bolsas de estudo que recebemos.

Com a extinção do ensino gratuito, o acesso ficará mais restrito, tirando a oportunidade de muitos brasileiros de ingressar na universidade, agravando ainda mais a situação da educação no Brasil.

REQUERIMENTO N° 423

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Ilustríssima Senhora AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA, digníssima Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA, no Paraná, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc, para a CEMIC - CENTRO DE ESTUDO DO MENOR E INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA (AV. SÃO PAULO, S/N - ASSIS CHATEAUBRIAND).

Do aprovado, Requer, ainda, que se dê ciência ao Prefeito Municipal, ao Presidente da entidade e ao Senhor Reinaldo Freitas. (Rua Presidente Costa e Silva, 505 - Assis Chateaubriand).

Sala das Sessões, em 18.03.91

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade em tela não tem fins lucrativos, e presta auxílio social em todos os setores para as famílias carentes do município de ASSIS CHATEAUBRIAND. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que CEMIC - CENTRO DE ESTUDO DO MENOR E INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA, vem encontrando pois a sua manutenção depende fundamentalmente de recursos públicos, parte da doação da comunidade e do esforço e dedicação dos seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconhecimento público do desempenho e carinho com que abnegados membros da Diretoria da entidade têm desenvolvido em prol dos necessitados.

REQUERIMENTO N° 424

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Dr. ALCENI GUERRA, Mui Digno Ministro de Estado da Saúde Pública, no sentido de que sejam inviabilizados recursos financeiros, via convênio, para construção de um Mini-Hospital para o Município de Francisco Alves.

Requer, ainda, o envio de correspondência ao ilustre Senhor Prefeito Municipal, Nelson dos Santos Pereira, e o Presidente da AMERIOS.

Sala das Sessões, em 18.03.91

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A saúde pública com o procedimento da municipalização, entregou às prefeituras encargos pesadíssimos para arcar.

As expectativas da população, mais pobre aumentam em níveis inadmissíveis, exigindo do poder público municipal criatividade, organização e determinação para enfrentar os problemas sociais, especialmente da saúde.

A construção de Mini-Hospitais, postos de saúde entre outras obras, visa aparelhar as Secretarias Municipais de forma que possam, descentralizando os serviços, atender a demanda e amenizar um pouco o sofrimento de uma população cada vez mais doente e empobrecida.

REQUERIMENTO N° 425

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Ilustríssima Senhora AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA, digníssima Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA, no Paraná, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc, para a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e Infância, sito à Rua Goiânia, 135, em Assis Chateaubriand.

Do aprovado, Requer, ainda, que se dê ciência ao Senhor Presidente Reinaldo Freitas. (Rua Presidente Costa e Silva, 505 - Assis Chateaubriand).

Sala das Sessões, em 18.03.91

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade em tela não tem fins lucrativos, e presta auxílio social em todos os setores para as famílias carentes do município de ASSIS CHATEAUBRIAND. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e Infância, vem encontrando pois a sua manutenção depende fundamentalmente de recursos públicos, parte da doação da comunidade e

do esforço e dedicação dos seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconhecimento público do desempenho e carinho com que abnegados membros da Diretoria da entidade têm desenvolvido em prol dos necessitados.

REQUERIMENTO N° 427

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Ilustríssima Senhora AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA, digníssima Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA, no Paraná, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc, para a entidade SERVIÇOS DE OBRAS SOCIAIS - SOS, (Av. Brasil, 2102 - CRUZEIRO OESTE).

Sala das Sessões, em 18.03.91

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade em tela não tem fins lucrativos, e presta auxílio social em todos os setores para as famílias carentes do município de Cruzeiro Do Oeste. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que o SOS - Serviço de Obras Sociais, vem encontrando pois a sua manutenção depende fundamentalmente de recursos públicos, parte da doação da comunidade e do esforço e dedicação dos seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconhecimento público do desempenho e carinho com que abnegados membros da Diretoria da entidade têm desenvolvido em prol dos necessitados.

REQUERIMENTO N° 412

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que autorize de imediato o início da construção com pavimentação asfáltica da Rodovia que liga Toledo, Sol Nascente e São Luiz do Oeste, que já consta no Orçamento-Programa 1991 - Paraná Rural/BID - DER, Programa de Desenvolvimento Integrado do Paraná e igualmente na especificação Estradas Rurais- CEF.

Sala das Sessões, em 18.03.1991.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tornar-se medida oportuna, uma vez que a referida rodovia beneficiará toda uma região altamente produtiva, que seja na agricultura como

Curitiba, segunda, em 18.03.91

na pecuária, pois nela se concentram agricultores que há muitos e longos anos vêm labutando nas terras, totalmente enraizados e produzindo toneladas e toneladas de grãos que ajudam a manter o Estado do Paraná, como celereiro do País na produção agrícola.

A referida rodovia é uma reivindicação das mais antigas dos moradores das localidades diretamente beneficiadas, Sol Nascente e São Luiz do Oeste, bem como, dos moradores e produtores das localidades e linhas vizinhas, visto a dificuldade enorme que enfrentam a cada ano, além das normais dificuldades da agricultura que são de conhecimento dos Senhores Deputados, a principal é a falta de condições no transporte das safras. A precariedade das estradas têm inclusive causado perdas para os agricultores e pecuaristas, que tanto trabalham para fazer produzir as suas terras, que lhes dá o sustento e contribui para o desenvolvimento do Paraná.

Que, mesmo com tais dificuldades já produziram o tanto para merecer não somente estes 18 quilômetros e sim alguns milhares de quilômetros de rodovia asfaltada.

É do conhecimento do Excelentíssimo Senhor Secretário Doutor Mário Pereira, o que acima relatamos, pois conhece a região e sua gente humilde, mas que responde com trabalho e produção, pelo que, a Estrada é de extrema necessidade e cuja obra deverá ser iniciada e terminada com a máxima urgência.

Agradecemos o apoio dos nobres Deputados, pois todos sabemos e comungamos do mesmo princípio de que a Agricultura é o sustentáculo do Paraná e do Brasil.

REQUERIMENTO N° 413

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que autorize de imediato o início da construção com pavimentação asfáltica da Rodovia denominada PRT/467, que liga Toledo à Quatro Pontes, passando por Três Bocas, São Miguel, Vila Ipiranga e Dois Irmãos, que já consta do Orçamento-Programa 1991 - Programa Normal de Obras, para melhorar a infra-estrutura das vias de transporte rodoviário, para atender as necessidades da Comunidade Paranaense.

Sala das Sessões, em 18.03.91.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Faz-se necessário o presente requerimento, para que seja de imediato resgatada uma enorme dívida que o Estado tem para

com a população das regiões citadas - Três Bocas, São Miguel, Vila Ipiranga, Dois Irmãos e ainda Quatro Pontes.

Para exemplificar, o Município de Toledo já conta com 38 anos de emancipação e as referidas localidades desde então existem. Nota-se que desde o desbravamento, abrindo terras ainda desconhecidas, pessoas de muitas regiões brasileiras, principalmente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ali aportaram, com coragem e trabalho construíram seus lares e iniciaram a Produção Agrícola.

Hoje o Oeste do Estado, como provam todas as estatísticas e levantamentos de produção é o maior produtor de grãos, e tudo isto alcançado graças ao trabalho de sol a sol de colonos que acreditaram que a produção agrícola é o sustentáculo do Brasil.

Algumas regiões do mesmo oeste, a bem da verdade já estão beneficiadas com melhor infra-estrutura, principalmente no que se refere a rodovias asfaltadas. Porém, os mais antigos agricultores e localidades permanecem sem tal benefício o que de imediato precisamos reparar, para facilitar a sua condição de vida e acima de tudo, propiciar melhores condições para o escoamento de suas safras.

Temos certeza e ainda mais que agora já consta do Orçamento-Programa 1991, mesmo tardiamente, o Governo do Estado mandará executar imediatamente a construção da rodovia, objeto do nosso requerimento.

REQUERIMENTO N° 426

SÚMULA: Requer envio de expediente as seguintes autoridades:

- Excelentíssimo Senhor Fernando Collor de Melo, Presidente da República;
- Excelentíssimo Senhor Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná;
- Excelentíssimo Senhor Antônio Cabrera, Ministro da Agricultura;
- Excelentíssimo Senhor Osmar Dias, Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento;
- Excelentíssimo Senhor Diretor da Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil;
- Excelentíssimo Senhor Diretor de Crédito Agrícola do Banestado.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente às autoridades acima mencionadas, para que sejam tomadas urgentes providências no sentido de socorrer os agricultores sudoestinos que tiveram enormes prejuízos em decorrência da prolongada estiagem que afeta a região

sudoeste do Estado.

Sala das Sessões, em 18.03.91.

ADEMAR TRILANO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento em tela tem por finalidade a mobilização das autoridades estaduais e federais, visando a tomada de urgentes providências no sentido de minimizar os prejuízos decorrentes da prolongada estiagem que afeta a região sudoeste do Estado, e que gerou a decretação de Estado de Emergência, nos trinta (30) municípios filiados a AMSOP- Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná, - quando da realização de Assembléia Extraordinária realizada em sua sede, no Município de Francisco Beltrão (PR), no dia 13 de março último.

A decretação do Estado de Emergência efetivou-se após a análise crítica e profunda da situação de extrema necessidade e dificuldade em que vive o produtor rural.

Segundo levantamento realizado pela AMSOP, os prejuízos provocados pela estiagem já ultrapassam a casa dos 20 (vinte) bilhões de cruzeiros, apenas no que diz respeito aos quatro produtos mais plantados na região. São os seguintes dos dados: Na Região de Francisco Beltrão - 19 (dezenove Municípios) - as perdas já totalizam 11,5 (onze e meio) bilhões de cruzeiros. Nesta região (Microrregião 13) as quebras são as seguintes:

- 1) Milho - 32%
- 2) Arroz - 64%
- 3) Soja - 25%
- 4) Feijão- 46

Na região de Pato Branco - 11 (onze municípios) - as perdas já totalizam 8,3 (oito vírgula três) bilhões de cruzeiros. Nesta Região (Microrregião 13) as quebras são as seguintes:

- 1) Milho - 40%
- 2) Arroz - 67%
- 3) Soja - 30%
- 4) Feijão- 45%

Adicione-se estes prejuízos outros danos: a produção de leite registrou de 40 (quarenta) por cento e houve uma redução substancial na produção de aves, ovos e hortigranjeiros, sem mencionar o comprometimento no abastecimento de água.

Também as cooperativas encontram-se em sérias dificuldades. O comprometimento do Governo Federal de verbas para a agricultura fez com que as cooperativas efetuassem vendas a prazo, operações estas que envolveram vultosas somas de dinheiro que, em função da crise que afeta a agricultura da região, não podem ser quitadas pelos agricultores que inesperadamente tiveram sua safra frustrada. Tal situação compromete as empresas cooperativistas possuem compromissos assumidos com suas estruturas e seus fornecedores.

Assim sendo, em razão dos motivos acima expostos, cumpre a esta egrégia Casa de Leis solicitar as autoridades estaduais e federais competentes as seguintes providências:

1) Mudanças Urgentes nos critérios que determinam as funções do PROAGRO: só tem cobertura as lavouras financiadas pelos agentes financeiros.

Quem plantou com recursos próprios, em caso de frustração, não tem nenhuma garantia. Para agravar a situação, tendo em vista que o repasse do crédito rural prometido pelo Governo não efetivou-se, a grande maioria dos produtores sudoestinos está tendo de arcar com prejuízos totais;

2) Fornecimento de sementes, adubos e demais insumos em sistema de troca após nova colheita, para aqueles agricultores que plantaram com recursos próprios por não poderem ter acesso ao crédito rural;

3) Providenciar crédito rural subsidiado para fazer frente aos prejuízos desta safra, tendo em vista aqueles agricultores que plantaram com recursos próprios.

Para finalizar, salientamos a importância deste requerimento, tendo em vista a crítica situação em que se encontra a agricultura estadual e nacional, cujo reflexo mais imediato é o aumento assustador dos números relativos ao êxodo rural, comprometendo de forma assustadora os destinos da economia do País que mais do que nunca precisa fortalecer-se para superar a grave crise em que se encontra.

REQUERIMENTO N° 428

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Ilustre Secretário de Estado dos Transportes e Diretor do D.E.R./Pr, no sentido de que seja viabilizados recursos para a construção de obstáculo (lombadas) na Rodovia PR 323, na travessia do distrito de Guaiporã- Iporã.

Do aprovado, Requer ainda, seja dada ciência ao ilustre vereador de Iporã, digníssimo Senhor Moisés Mendes. Rua Pedro Alvares Cabral, 2707).

Sala das Sessões, em 18.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Reporto-me à justificativa do nobre Vereador que em homenagem e respeito ao seu interessante trabalho em defesa às causas da comunidade de Iporã, relato como justificativa deste meu pedido.

Considerando que a rodovia PR 323, Maringá-Iporã, tem parte do seu trajeto passando pelo perímetro do distrito de Guaiporã.

Curitiba, segunda, em 18.03.91

Considerando que o tráfego de veículos nesse trecho se faz na velocidade máxima permitida, de 80 (oitenta) quilômetros horários;

Considerando que é elevado o número de pessoas residentes no distrito que cruzam constantemente a rodovia, entre as mesmas, crianças que cursam o 1º grau;

Considerando o constante risco de vida a que estão submetidas diariamente tais pessoas, que se obrigam a verdadeiros atos de malabarismos para evitar atropelamentos e;

Considerando que em todas as cidades do Paraná existem obstáculos nas rodovias que cruzam seus perímetros urbanos;

Indicamos ao DER, estudos de viabilidades no sentido de virem a ser, com urgência, construídas gincanas (obstáculos, quebra-molas, tartarugas etc), no trecho da Rodovia PR 323, sita no perímetro urbano do distrito de Guaiporã, atendendo-se assim o justo e antigo reclamo da população local, que vive em permanente estado de tensão, em razão dos sérios riscos a que estão submetidos seus filhos.

REQUERIMENTO N° 414

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que autorize de imediato o início da construção com pavimentação asfáltica da Rodovia que liga Toledo, Novo Sobradinho e Vila Nova, que já consta no Orçamento-Programa 1991- Paraná Rural/BID-DER - Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do Paraná e igualmente na especificação Estradas Rurais CEF.

Sala das Sessões, em 18.03.91.

(a) DUÍLIO GENARI.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento torna-se medida oportuna, uma vez que a referida rodovia beneficiará toda uma região altamente produtiva, quer seja na agricultura como na pecuária, pois nela se concentram agricultores que há muitos e longos anos vêm lutando nas terras, totalmente enraizados e produzindo toneladas e toneladas de grãos que ajudam a manter o Estado do Paraná, como celeiro do País na produção agrícola.

A referida rodovia é uma reivindicação das mais antigas dos moradores das localidades diretamente beneficiadas, Novo Sobradinho e Vila Nova, bem como, dos moradores e produtores das localidades e linhas vizinhas, visto a dificuldade enorme que enfrentam a cada ano, além das normais dificuldades da agricultura que são de co-

nhecimento dos Senhores Deputados a principal é a falta de condições no transporte das safras.

A precariedade das estradas têm inclusive causado perdas para os agricultores e pecuaristas, que tanto trabalham para fazer produzir as suas terras, que lhes dá o sustento e contribui para o desenvolvimento do Paraná.

Que, mesmo com tais dificuldades já produziram o tanto para merecer não somente estes 19 quilômetros e sim alguns milhares de quilômetros de rodovia asfaltada.

É de conhecimento do Excelentíssimo Senhor Secretário Doutor Mário Pereira, o que acima relatamos, pois conhece a região e sua gente humilde, mas que responde com trabalho e produção, pelo que, a estrada é de extrema necessidade e cuja obra deverá ser iniciada e terminada com a máxima urgência.

Agradecemos o apoio dos nobres Deputados, pois todos sabemos e comungamos do mesmo princípio de que a Agricultura é o sustentáculo do Paraná e do Brasil.

REQUERIMENTO N° 420

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência aos Excelentíssimos Senhores Roberto Requião, Governador do Estado, e Osmar Fernandes Dias, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a construção de um Terminal para Abastecimento de Calcário em Mauá da Serra, Município de Marilândia do Sul.

Requer, ainda, que da decisão, sejam informados: Prefeitos, Vereadores, Presidentes de Diretórios Municipais do PMDB, Juizes de Direito e Autoridades Eclesiásticas dos Municípios que compõem a AMUVI Associação dos Municípios do Vale do Ivaí.

Sala das Sessões, em 18.03.91.

(a) EDSON SILVA LINO

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Mauá da Serra, no Município de Marilândia do Sul, possui infraestrutura e condições básicas para abrigar um terminal para abastecimento de calcário, não apenas por possuir linha férrea e estação ferroviária, como também pela posição geográfica estratégica, que facilitará a distribuição dos produtos em toda a região.

O Vale do Ivaí seria totalmente abrangido pelo benefício, e é importante lembrar que é composto por municípios que tem sua base econômica na agricultura, contribuição decisiva para o abastecimento do Estado.

É notório o fato de que o setor agrícola se ressentia dos altos custos dos implementos, e que o frete é uma das causas que mais onera a produção.

A construção do terminal em epígrafe tem sido objeto constante da reivindicação dos agricultores, tendo se materializado recentemente pela Indicação número 023/90, da Câmara de Vereadores de Faxinal, que registra de maneira categórica, a sua necessidade.

O terminal diminuiria consideravelmente os custos de frete, facilitando sobremaneira a distribuição desse insumo básico.

Estamos certos de que, dentro de um prazo relativamente curto, o terminal terá o seu custo de construção zerado, ou melhor, convertido em benefício, dentre os quais destacamos: a agricultura desempenhará com empenho a sua função social, e o êxodo rural sofrerá um decréscimo sensível, se não combatido.

REQUERIMENTO N° 421

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvir o Plenário, seja encaminhado correspondência ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a contratação da Ponte sobre o Rio Alonso, fazendo a ligação entre o Município de Rosário do Ivaí, e as localidades de Fazenda da Cunha e Vista Alegre, no Município de Ortigueira.

Requer ainda, que da decisão sejam cientificados: Prefeitos e respectivos vice-Prefeitos, Presidentes de Diretórios Municipais do PMDB e todos os Vereadores, e ainda, autoridades jurídicas e eclesiásticas dos municípios de Rosário do Ivaí e Ortigueira.

Sala das Sessões, em 18.03.91.

(a) EDSON SILVA LINO.

JUSTIFICATIVA:

A ponte sobre o Rio Alonso representa antigo sonho dos municípios e localidades a serem beneficiadas com essa obra.

Tais municípios e localidades representam importante fonte de captação de recursos para o Estado, pois constituem-se de produtores expressivos, que somam aproximadamente, 1.560 pequenas propriedades rurais.

A obra facilitará o intercâmbio entre o produtor e o comprador, e favorecerá sobremaneira o escoamento da safra agrícola, rica e abundante, dos municípios de Rosário do Ivaí e Ortigueira.

E, indubitavelmente, essa ponte se constitui em crescimento e progresso para todo o Vale do Ivaí.

REQUERIMENTO N° 419

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado correspondência ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a contratação da Ponte sobre o Rio do Peixe, município de Reserva.

Sala das Sessões, em 18.03.91.

(a) EDSON SILVA LINO.

JUSTIFICATIVA:

O rápido escoamento da safra agrícola, num País como o nosso, é o responsável direto pelo desenvolvimento econômico, do qual dependem todos os fatores que influem na melhoria das condições sociais.

A construção da ponte sobre o rio do Peixe, no município de Reserva, além do benefício principal, que será o encurtamento das distâncias entre o produtor e o mercado, trará para os moradores de regiões circunvizinhas, as facilidades de acesso à sede do município, onde buscam os recursos e onde se encontram os serviços essenciais para a sua sobrevivência.

REQUERIMENTO N° 415

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de correspondência aos Excelentíssimos Ministros da Agricultura e da Economia, solicitando a definição urgente das regras de custeio para o plantio de trigo, em valores justos e atualizados de acordo com o custo da produção.

Sala das Sessões, em 18.03.91.

(a) ALBINO CORAZZA.

JUSTIFICATIVA:

Todas as culturas têm sua produção e produtividade determinadas pela época certa de plantio e de acordo com as condições climáticas.

A Região Oeste do Estado do Paraná, por exemplo já se encontra com as lavouras da cultura de verão em avançado estágio da colheita, e muitas áreas em condições de plantio da safra de inverno.

O setor competente do Governo Federal, ao contrário, ainda não manifesta qualquer sinal de definição das regras de custeio para o plantio da próxima safra.

Cooperativas, agricultores e agentes financiadores da produção começam a viver a expectativa da viabilização da próxima safra para uma região que é um dos maiores celeiros do Brasil.

O temor dos produtores paranaenses quanto a possíveis atrasos de tais definições, ou o estabelecimento de valores inferiores aos exigidos pelos custos de produção, justifica uma tomada de posição ur-

Curitiba, segunda, em 18.03.91

gente por parte das autoridades dos setores governamentais responsáveis.

Diante do exposto solicitamos o parecer favorável do Egrégio Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO N° 434

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a destinação de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes e ao Ilustríssimo Senhor Chefe do DSTC - Divisão dos Serviços de Transporte Comercial, com a finalidade de implantar mais um horário de ônibus entre as municipalidades de Palmeira e Irati.

De conformidade com o abaixo-assinado, em apenso, o apelo é para que possa existir mais um ônibus saindo às 7:00 horas da localidade de Alto da Pedra, Município de Palmeira, com destino ao Município de Irati e deste para a referida localidade, a partir das 18:00 horas.

Faz-se necessário ressaltar que, além do Alto da Pedra, serão beneficiadas ainda as localidades de Rio da Areia de Baixo e Faxinal dos Mineiros, cujas as suas respectivas populações há muito carece de mais um horário (sem prejuízo dos demais em funcionamento) como forma de melhor desenvolver às suas relações, principalmente comerciais e na prestação de serviços.

Com a maior brevidade possível, aguarda-se um pronunciamento favorável a respeito desta importante solicitação, em que as aludidas populações são merecedoras de tão indispensável benefício.

Sala das Sessões, em 18.03.91.

(a) TOTI COLAÇO.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 78/91 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MARILUZ" - ARESMA, com sede e foro na localidade de Mariluz.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Servidores Municipais de Mariluz, entidade de congregação dos servidores públicos do Poder Municipal, sem fins lucrativos tem realizado inúmeros atendimentos na área social aos seus filiados e dependentes e até às famílias carentes de Mariluz, suprimindo uma grande la-

cuna que os órgãos estaduais, federais e municipais não têm conseguido suprir. A área de psicologia, enfermidade, nutrição e amparo às necessidades básicas são temas bastante abordados pela entidade.

PROJETO DE LEI N° 79/91 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os atos relativos a provimento, vacância e promoções ou que importem na concessão de quaisquer vantagens ao pessoal da administração indireta do Estado, serão, obrigatoriamente, publicados no Diário Oficial do Estado.

§ 1° - Nenhuma vantagem pessoal poderá ser paga antes do implemento da condição a que se refere este artigo.

§ 2° - O disposto neste artigo não se aplica às concessões de salário-família, bem como aos casos de vacância decorrente de falecimento.

Art. 2° - As entidades de administração indireta, deverão publicar, no prazo de 90 (noventa) dias, no Diário Oficial do Estado, demonstrativo do seu quadro de pessoal com especificação do nome e vantagens pessoais de cada empregado.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.03.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Tem por objetivo este projeto facilitar o acompanhamento dos atos de pessoal, ocorridos na Administração Indireta, tornando-os mais transparentes à opinião pública e aos órgãos de controle do Estado, bem como aos componentes desta Casa.

Atualmente existe um excesso de órgãos vinculados às diversas Secretarias do Estado, tornando difícil o conhecimento da realidade de pessoal até pelos Secretários de Estado.

A melhor forma de igualizarmos as ações de pessoal de Administração Indireta, quanto à transparência dos atos, é tornando obrigatória por lei a exigência de publicação de todos os atos de pessoal da ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, de forma semelhante ao que já vem acontecendo com a ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

De acordo com o artigo 1° do projeto, será exigida a publicação de todos os atos de pessoal da Administração Indireta, após a aprovação e publicação desta lei. O artigo 2° concede o prazo de 90 (noventa) dias aos órgãos competentes da Administração Indireta, para que os mesmos publiquem individualmente com as devidas características e, nominalmente, um demonstrativo dos empregados que compõem os seus Quadros

de Pessoal, bem como as vantagens pessoais de cada servidor.

Já a partir da publicação desta lei, nenhum empregado ou servidor, poderá receber qualquer vantagem pessoal, salário ou outras gratificações financeiras sem que haja sido publicado em Diário Oficial do Estado o respectivo ato que concedeu.

Esta lei também ajudará o Executivo Estadual a melhor controlar os acúmulos indevidos que porventura houverem na Administração Pública Estadual.

É a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Finda a leitura do Expediente.

Esta Casa informa o falecimento do ex-Deputado Estadual, ex-Prefeito de Ponta Grossa, Amadeu Puppi. Neste sentido fica declarado luto oficial, por três dias, sem prejuízo do funcionamento normal desta Casa.

A Mesa Executiva convoca o Deputado Erondy Silvério, que conviveu com o ex-Deputado, para que faça, em nome da Casa, a homenagem ao ex-integrante deste Parlamento.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, Excelentíssima Senhora Deputada: eu espero que a Casa daqui para frente adote o mesmo comportamento da tarde de hoje, porquanto há poucos dias nós tivemos, lamentável também, falecimento de um ex-Deputado e a Casa suspendeu os trabalhos; hoje, adotada uma medida diferente, decreta luto oficial por três dias, não deixa de ser uma homenagem que se preste ao extinto, mas é necessário que haja o mesmo comportamento por ocasião de falecimento de outros ex-Senhores Deputados.

É com grande pesar que hoje desincumbo da missão que me confere a Mesa de falar e dizer do pesar do Poder Legislativo pela perda de um cidadão atuante, de um homem de bem, de um Parlamentar que foi sempre cioso de suas obrigações. Os Anais desta Casa atestam melhor do que palavras o que foi a atuação do ex-Deputado Amadeu Puppi. Médico de renome, sempre bem disposto, com um sorriso nos lábios, a atender a todas as pessoas que necessitavam de seus serviços profissionais, absolutamente gratuito, sem nunca ter cobrado sequer um centavo de quem quer que fosse. Foi um médico altamente humanitário. A par disto, foi legislador eficiente, um homem que sempre soube lutar pela sua região, a região dos Campos Gerais, e sempre atento a todos os problemas políticos do Estado, aos problemas administrativos, sempre foi um homem de bom senso, de muito equilíbrio emocional; honrou sobremaneira este Poder Legislativo hoje deu-se o seu passamento, por certo a

sua alma está sendo recebida pelo criador, por que ele foi um homem boníssimo, um homem que viveu à sua passagem pela terra, apenas dedicado ao bem-estar comum, um homem que nunca guardou ódios, nem rancores, um homem sempre de boa paz, um homem amigo de todos, e os Deputados que com ele conviveram (como é o caso do nobre Deputado Anibal Khury) nesta Casa, pode atestar perfeitamente o que eu digo.

A homenagem que se presta na tarde de hoje é das mais justas. Eu espero que Deus todo poderoso receba a sua alma para que ele descanse em paz da sua longa luta por esta terra.

Era isto Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passamos agora ao Pequeno Expediente.

Primeiro orador inscrito, Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mais uma vez vamos usar esta tribuna para lamentavelmente falar sobre o descaso que vive a escola e a educação pública deste Estado.

Nós queremos registrar aqui o nosso lamento, a nossa discordância, o nosso protesto, pela forma como vem sendo conduzido o início do ano letivo de 1991. Parece que educação neste Estado virou brincadeira; já denunciemos aqui desta tribuna a convocação pela Secretaria de Estado da Educação do início do ano letivo para o dia quatro do corrente mês, essa mesma Secretaria marca um teste seletivo para contratação de professores para o dia 07 do referido mês. Até hoje não se sabe o resultado. As crianças que estão frequentando as escolas públicas em sua maioria estão tendo de duas a três aulas, quando as têm, porque na maioria das vezes não está havendo. Nós queremos registrar nesta Casa, mais uma vez, a realidade pelo descaso com que foi tratada a educação do Estado do Paraná no Governo que graças a Deus se encerrou no dia 15 próximo passado. E nós vemos com profundo pesar, denúncias, telefonemas de pais desesperados à procura de uma solução para o problema educacional neste Estado. Obviamente é uma tentativa de continuar se descaracterizando a escola pública, de tentar amanhã imputar àqueles que nada têm a ver com esse descaso, a responsabilidade de mau uso, a responsabilidade pela má administração pela qual passa a escola pública deste Estado. Nós sabemos muito bem que quem está levando a pecha da irresponsabilidade pela qual está passando a escola pública do Paraná são os professores. Nós sabemos muito bem que desta forma foi tratada a educação durante os quatro anos do Governo passado,

nada fez, melhor dizendo, fez, sim, fez para o sucateamento, para deixar essa herança da forma como está ao seu sucessor. Nós estivemos nesta semana na região de Londrina, Cambé e Rolândia conversando com companheiros e nos fora denunciado, inclusive, da convocação da escola em quatro turnos, fazendo com que uma das aulas fosse gazeada, fazendo com que através disso o aluno da escola pública tivesse aí a cada dia uma aula a menos correspondendo em seu calendário aproximadamente a 200 aulas em todo contexto. Isto é lamentável, isto é profundamente lamentável, o desrespeito está posto, não se sabe quando é que vai se definir a realidade, quando é que vai se colocar de fato a escola pública em verdadeiro funcionamento, e já há, inclusive, parte da sociedade dizendo que a não efetivação do ano letivo, a não devolução do dinheiro descontado dos professores quando do movimento passado se deve aos Deputados desta Casa, com o que não concordamos porque nós sabemos que tudo isso poderia estar legalizado se houvesse responsabilidade e respeito à escola pública e às crianças que estão na escola pública que hoje representam mais de um milhão e quatrocentas mil crianças...

Senhor Presidente, eu solicito o Horário do Partido. (Assentimento).

Então, queremos neste momento denunciar também o fato de que alguns diretores no intuito de colocar a escola em funcionamento, fizeram a convocação de professores CLTs que trabalharam no ano passado. Agora com o teste seletivo, nós estamos sabendo também que após serem convocados os professores aprovados neste teste seletivo, aqueles que estão aí há sete ou dez dias serão dispensados. Isto tudo é tremendamente lamentável, isso tudo demonstra de fato que a educação no Paraná, neste último governo, não mereceu o respeito que deveria merecer, nem a educação, nem o trabalhador da Educação. Por isso, está se recebendo, neste momento, uma educação sucateada, o professor desacreditado, porque, inclusive, Senhores Deputados, as páginas dos jornais, a imprensa do Paraná divulgava na oportunidade as palavras textuais do ex-Governador deste Estado que dizia, quando dos movimentos dos professores, em março e abril do ano passado: que a aula reposta seria aula paga. Lamentavelmente, os professores cumpriram com a sua obrigação, cumpriram com a promessa de que reporiam os dias não trabalhados, irresponsavelmente o Governo do Estado até a presente data não restituiu o seu pagamento, não restituiu o seu dinheiro dignamente ganho.

Nós temos também informações de que a folha de pagamento, condizente à restituição aos professores se encontrava pronta

na mesa do ex-governador e ele simplesmente ignorou, não assinou autorizando que se efetuassem tal direito aos professores.

É de relevante preocupação, Senhor Presidente, Senhores Deputados, porque, eu tenho a certeza, não é apenas o Parlamentar que ocupa esta tribuna neste momento que está recebendo essa denúncia, que está preocupado com o anseio da sociedade paranaense; temos a certeza de que todos os Deputados estão recebendo cobranças quanto ao início do ano letivo de 1991. Temos a certeza de que muitos dos Senhores Deputados estão sendo procurados para ouvirem as denúncias do não funcionamento e da forma como vem sendo administrada e como se iniciou a administração do ano letivo das escolas públicas deste Estado no ano de 1991. Há necessidade de que, com responsabilidade, se respeite aqueles que não puderam de uma ou de outra forma, ter o seu filho na escola particular.

Então, vamos fazer com que essa escola pública, que é um direito da sociedade paranaense, seja bem vista, com respeito, com responsabilidade e não da forma como foi tratada, e não da forma como foi herdada pelo atual Governo que está recebendo as escolas sucateadas, o professor desacreditado e desesperançado. Vamos fazer com que alguém com responsabilidade, e nós temos a esperança de que este Governo aja com responsabilidade com relação a este quadro crítico em que se encontra a escola pública deste Estado.

Nós estamos assistindo, inclusive temos nossos filhos aqui no Colégio Estadual do Paraná que saem de manhã ou à tarde e retornam para casa dizendo que tiveram duas aulas; estivemos em outras regiões do Paraná e estamos recebendo telefonemas de que até hoje não houve uma definição de quem assume a responsabilidade pela situação caótica em que se encontra o início do ano letivo e pela situação vergonhosa em que foram deixados os professores deste Estado.

Então, pedimos a interferência de cada um dos Senhores Parlamentares no sentido de que achemos juntos uma solução para o início deste ano letivo e que achemos também o responsável em efetuar a devolução dos salários dos professores que, em muitas regiões, estão, inclusive, passando fome juntamente com suas famílias.

Muito obrigado Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Albino Corazza.

O SR. ALBINO CORAZZA - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

Acabamos de ouvir o pronunciamento do nobre colega Paulo Maia nos dando a situa-

ção caótica que está a educação no Paraná.

Ocupo esta tribuna não para falar da educação, mas para falar também de uma situação caótica que vive a agricultura do Paraná e do Brasil. Nós estamos apresentando um requerimento nesta sessão para que se oficie o Ministro da Agricultura e a Ministra da Economia, solicitando a definição urgente das regras de custeio para o plantio do trigo em valores justos e atualizados, de acordo com o custo de produção. A agricultura está passando uma fase difícil. A falência está chegando, principalmente na casa do pequeno agricultor. As manchetes de todos os dias nos chamam a atenção para isto. Pronunciamentos aqui nesta Casa se fazem ouvindo providências. Nós representamos a região oeste do Paraná, a região que mais produz no Paraná e no Brasil. Nós sabemos que o agricultor paranaense está a cada ano enfrentando calotes do governo federal. O trigo que plantou no ano passado, após a colheita que sobrou depois das geadas e do clima desfavorável, muitos agricultores ainda não receberam sequer o pagamento do trigo colhido e têm os seus custeios vencidos no Banco do Brasil que está cobrando juros e multa pelo atraso. Está chegando também o momento de se plantar a nova safra e o agricultor paranaense não sabe se vale a pena plantar ou é melhor ainda deixar que a sua propriedade se transforme num matagal. Nós sabemos que à frente da agropecuária, o Bloco Parlamentar da Agropecuária, a Ocepar e as Cooperativas do Paraná, o Secretário da Agricultura, Osmar Dias, tem liderado um movimento para que em fevereiro essas regras do trigo fossem definidas pelo governo federal e a promessa foi que antes do carnaval as regras seriam do conhecimento de todos os agricultores. O Oeste do Paraná já está colhendo a safra de verão e não sabe se vai plantar o trigo e é importante que se destaque aqui que a agricultura não pode esperar a burocracia de Brasília. Ela tem dias e épocas oportunas para o plantio. Nós sabemos que o governo federal não está respeitando o nosso agricultor e é preciso que ele assuma uma posição, que diga até que não se plante mais trigo, mas que assuma uma posição, porque não pode deixar que o tempo passe e o agricultor na expectativa com prejuízos e sem condições de definir o seu futuro. E nós queremos ressaltar aqui que o trigo é uma cultura que deve ter apoio oficial do governo federal e do Estado do Paraná. O trigo vem aumentando a sua produtividade a cada ano, graças à pesquisa e nós temos aqui um Relatório do Iapar, que também está pedindo socorro porque não tem mais condições de funcionamento. O Iapar relata que foram criadas 18 variedades de trigo e apenas uma variedade

de trigo, Tapejara, cultivado em 25% da área tritícola do Estado, gerou em 89 um retorno de ICM da ordem de 12 milhões de dólares, equivalente à dotação orçamentária anual assegurada pelo governo estadual à instituição.

Nós precisamos de definições, precisamos de respeito para com o nosso produtor. Nós ouvimos na última quinta-feira o Presidente da República, usando uma rede de televisão, começando... é difícil de acreditar, mas anunciando uma nova postura a partir deste momento, dizendo que o Governo não impõe, o Governo propõe.

O importante, Srs. Deputados, que essas normas, quando forem anunciadas, tragam os reais do custo de produção porque o nosso agricultor não pode continuar plantando com prejuízo certo. Ele precisa de um mínimo de respeito para produzir um alimento que tanto falta na família brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Neste Pequeno Expediente eu quero me reportar ao assunto do momento: o golpe do projetão.

O Presidente da República, ao assumir jurando cumprir a Constituição, dizia que a sua plataforma de governo se enquadrava na Constituição Brasileira.

Ia governar segundo os ditames da Carta Magna do País.

Ao completar um ano de governo, Collor apresenta o famoso "projetão" de reconstrução nacional, que não passa de um "cascatório", pois é mais uma das grandes farsas que este Governo está montando à sociedade brasileira.

O Presidente da República precisa descer dos palanques. Depois de um ano do mandato, fala e tenta governar como se estivesse em campanha eleitoral.

Dois pacotes, seqüestro de poupança e das contas correntes, corrupção em vários escalões, como o exemplo do Paraná na LBA, trapalhadas jurídicas à vontade, desrespeito à Constituição e mais conversa.

A inflação pode ser de 10% no próximo mês, dados do próprio Governo.

Este Governo não consegue negociar nada, nem com políticos, nem com empresários, nem com sindicalistas, com nenhuma corrente da sociedade e nem mesmo consegue negociar com trabalhadores em greve, a exemplo dos petroleiros, uma categoria e um setor de extrema importância nacional que ameaça levar o País ao caos, com a falta de óleo diesel, gasolina e gás de

A violência no campo, depois de um ano de governo, dobrou.

A agricultura, como já se fala em muitos momentos, inclusive pelo Deputado que aqui me antecedeu, está cada vez mais indo para o abismo.

A Reforma Agrária não existe. Uma promessa de mais de 8 mil assentamentos por mês em campanha eleitoral, após um ano de governo consegue assentar 50 famílias apenas e faz um alarde nos meios de comunicação social.

Ao invés de o Governo, governar, cuidar do dia-a-dia do povo e do Brasil, Collor assume rompantes de estadista e quer colocar o País no 1º Mundo, mas apenas no papel.

A revista "Isto É Senhor", na sua última edição, registra depoimentos de várias personalidades do mundo econômico, político e acadêmico, mostrando que o Presidente da República está levando o nosso País na realidade para o 4º Mundo.

O Brasil que já é o 3º pior País do Mundo em qualidade de vida e distribuição de renda, perdendo inclusive para o Paquistão, Coréia, El Salvador, um país que vive há mais de dez anos em guerra civil. E o nosso País perde para esses países na qualidade de vida da população.

O Brasil que já é o terceiro pior, neste último ano do governo Collor os 10% mais ricos abocanharam mais 6% da riqueza nacional, enquanto que 90% dos mais pobres perderam este mesmo percentual. Como acreditar...

(É retirado o som).

Senhor Presidente, requeiro o Horário da Liderança de nosso partido.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está com a palavra.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Como acreditar num governo deste, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que quer acabar com o ensino gratuito? Com a aposentadoria por tempo de serviço? Com o controle do Estado sobre as comunicações e energia, dizendo que esses são motivos de ingovernabilidade do País?

Ao fazer sua campanha, Collor não dizia essas coisas. Este País não é ingovernável. Ingovernável é o governo Collor que é incompetente, desequilibrado e desprovido das condições de governar este País, de tirar o País da crise pela qual passa.

O Presidente da República quer jogar fora o chamado "projeto", impraticável, nas mãos da sociedade e do Congresso, para "lavar as mãos" e para fazer com que a culpa de sua ingovernabilidade recaia sobre a sociedade, sobre o Congresso.

A culpa do seu fracasso ele quer jogar

nas costas de outros. Por isto chamamos o "golpe do projeto".

Este País, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é governável, é um País viável. Este País é a oitava potência econômica mundial. Não é um País provisório, como está tentando fazer dele o atual Governo. De pacote em pacote quem trabalha neste País vai vendo suas esperanças e aspirações empacotadas. De projeto em projeto as prateleiras da Secretaria do Planejamento e Ministérios estão abarrotadas. O nosso País precisa é ser governado com responsabilidade, com seriedade e com justiça social.

É isto que queremos. É isto que o povo brasileiro espera. É para isto que nós, sociedade, precisamos nos mobilizar.

Como aconteceu no último dia 15, quando do primeiro aniversário do governo Collor. Este País inteiro viu concentrações públicas em todos os recantos para protestar. Quisera que os trabalhadores e a sociedade pudessem estar reunidos para festejar, para comemorar realmente a transformação que este País precisa. Mas, infelizmente, o País inteiro se reuniu para protestar, para comemorar um ano de insucessos, de ingovernabilidade, de irresponsabilidade deste Governo.

Por isto Senhor Presidente, Senhores Deputados, a nossa responsabilidade aumenta cada dia mais. A cada dia que soma-se ao governo Collor, a nossa responsabilidade aumenta pelo nosso compromisso com a sociedade, com as mudanças que este País precisa.

O Sr. Ernani Pudell - Permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço ao ilustre colega o aparte e gostaria também de ratificar estas posições, tanto que o novo projeto que o Presidente encaminhou ao Congresso Nacional, poderíamos denominá-lo de "canastrão", porque é um projeto que fala em reconstruir um País, na verdade, quando fala em reconstruir o País, é a confissão de que em um ano de Governo ele conseguiu destruir ainda mais esta Nação. Mais do que isto, estamos observando que esta praga do Alagoas já fez tanto mal ao nosso povo que muitos cidadãos em fase terminal de desilusões estão tendo verdadeiras alucinações e estão até com saudades de Sarney, para se ter uma idéia da gravidade da situação do atoleiro que este Governo submeteu a sociedade brasileira; mais do que isso, este Governo procura agora fugir das responsabilidades que tem. Quer dizer, quando este Governo assumiu, começou administrar de uma forma autoritária, enviando medidas provisórias ao Congresso Nacional, não ouvia a sociedade brasileira. E agora

que se meteu em um atoleiro sem saída, chama a sociedade e o povo para socorrer.

O que queremos observar é que este governo que dizia estar interessado e que iria eliminar a situação com apenas um tiro, na verdade este tiro que o Collor deu, atingiu o descamisado pelas costas, e não o dragão da inflação.

Então, por isto, devemos estar atentos daqui para a frente. Infelizmente temos mais quatro anos do governo Collor neste País, no Poder, e a sociedade brasileira precisa se mobilizar com urgência para pressionar e forçar este governo a abrir um debate franco com a sociedade para que possamos encontrar caminhos, porque apenas pelo Palácio do Planalto temo que este governo não chega até o fim, e nós também.

Muito obrigado!

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Agradeço-o, Deputado Ernani Pudell, pelo aparte, pela contribuição que deu ao nosso pronunciamento.

Queremos dizer ainda o seguinte: quem diria que num futuro iria se ouvir esta maldita frase: "que saudades do Sarney!" Quem diria isto no mês de março de 1990, quando a inflação estava em 83% ou mais? Era um desaforo ouvir uma frase desta naquela época. No entanto, ouve-se por parte de muitos setores da sociedade esta desgraçada frase, a qual não gostaríamos de nem recordar, quando se pensa naquela época nos desgovernos do mandato do Presidente José Sarney. Infelizmente o Brasil piorou.

Muito obrigado aos Senhores Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Algaci Túlio com a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho à tribuna mais uma vez dizendo que no dia 27 de abril de 1989 já fazia menção ao que vou falar neste momento.

É com relação à Ferrovia que liga Curitiba-Paranaguá, lembrando que é necessária mais do que nunca a duplicação deste trecho em razão da grande produção que tem o Estado do Paraná.

Tem-se ouvido falar bastante em Ferroeste, em outros trechos ferroviários, mas poucos lembram, a não ser as campanhas da "Gazeta do Povo", e de outros baluartes que têm brigado, que têm feito ver a necessidade da duplicação deste trecho. E eu tenho, dentro de minhas limitações, procurado batalhar por esta idéia já há alguns anos e me sinto perfeitamente à vontade para voltar ao assunto, principalmente, quando para minha profunda alegria, vejo que o Jornal a "Gazeta do Povo", ao completar 72 anos de mais útil e profícuo

trabalho prestado a este Estado, inclui esta proposta entre aquelas que contarão com o seu inestimável apoio.

Neste momento em que se iniciam os trabalhos da Ferroeste, que concluída integrará a região produtora do Estado, o Sul do Mato Grosso e o Paraguai, ao nosso principal canal de exportação, que é o Porto de Paranaguá, não é demais lembrar as extensas filas de caminhões de trinta a quarenta quilômetros de extensão, que durante a safra se formam naquele porto à espera de uma descarga. A isto, se soma o congestionamento durante a época da safra da BR-277, principalmente no trecho Curitiba-Paranaguá, que como todos nós sabemos apresenta em muitos locais, sérios problemas no que respeita a base de sua pavimentação. E, além do mais a necessidade de adoção de meios de transporte, que exijam um menor gasto de combustível por veículo, por unidade transportada, tendo sido a mais premente preocupação de nossos governos, em um País que ainda importa uma considerável percentagem do combustível que ele mesmo consome.

Inaugurada em 1885, a ligação ferroviária Curitiba-Paranaguá, até hoje, considerada como um marco da engenharia ferroviária, prestou ela inestimáveis serviços ao nosso Estado, sofreu o desgaste do tempo, batendo recordes, chegando mesmo a transportar num só dia cargas que em seu projeto eram previstas para um ano.

Superada pela demanda moderna, a velha ferrovia, no entanto, está bem longe da sua aposentadoria, e aliviada a sobrecarga a que hoje está sendo submetida, utilizada por composições mais leves, três de turismo, litorinas, ainda deverá por muitos anos ser um motivo de orgulho para todos nós.

Queremos aqui abrir um parêntese, que não somos os pioneiros nesta batalha, paranaenses eméritos, eu faço questão aqui de destacar as figuras do Professor Parigot de Souza, Engenheiro Luiz Carlos Tourinho, ex-Presidente da RFFSA, Engenheiro Paulo Munhoz da Rocha, e o Jornal a "Gazeta do Povo", já há muito tempo batalham por esta idéia. E este Deputado como representante do povo do Paraná, simplesmente cumpre neste Parlamento a sua obrigação de defender idéias que tragam o progresso, e a prosperidade ao nosso Estado.

Os estudos para a duplicação, eles já foram feitos: entre 1968 e 1972, já existem estudos, chegou-se mesmo a iniciar os trabalhos em 1976, tendo sido concluídos já 24 quilômetros, infelizmente, como tantas outras obras públicas, a ferrovia foi renegada ao esquecimento. O que é de lamentar é que no subtrecho do Planalto, entre Pinhais e o princípio da Serra do Mar, os trabalhos de infra-estrutura já foram

Curitiba, segunda, em 18.03.91

parcialmente realizados, e segundo reportagem publicada na "Gazeta do Povo", em 3/2 deste ano, a área está desapropriada, e nela já foram construídas pontes, viadutos e feita a parte da terraplanagem, hoje abandonados às intempéries.

Por isto tudo, que foi exposto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que me congratulo com a "Gazeta do Povo", por incluir entre as suas propostas, a luta pela duplicação da Ferrovia Curitiba-Paranaguá, na certeza de que a exemplo da campanha vitoriosa, pelos royalties, teremos oportunidade de ver concretizada, mais uma das legítimas aspirações do povo do Paraná.

E para isso nós conclamamos os Senhores Deputados para que cerrem fileiras neste empreendimento e nesta idéia também; não houvesse o projeto feito em cima dessa duplicação ainda poderíamos até pensar que seria demais tentar uma duplicação numa época de tanta dificuldade econômica. No entanto existe um projeto, desde 1968, já existem as obras que foram iniciadas; obras de arte que já foram preparadas, já estão prontas. Basta apenas que haja boa vontade; que haja vontade política e, nós esperamos que nossos parlamentares a nível de Congresso possam também encampar esta luta, esta batalha que empreende a "Gazeta do Povo" e pessoas realmente importantes do Paraná como Parigot de Souza, Luiz Carlos Tourinho e de tantos outros que já têm batalhado nesse sentido.

Nós queremos aqui deixar mais uma vez registrada a nossa preocupação, porque vemos a cada ano que passa saturado o trecho da Serra do Mar onde composições inteiras já despencaram viaduto abaixo e toda carga, toda produção, todo maquinário praticamente se perdeu. Por esta razão é que nós hoje voltamos a tocar nesse assunto, esperando que esta lembrança aqui neste Parlamento possa sensibilizar as autoridades da Rede Ferroviária Federal, autoridade federal, no caso nosso Presidente e os demais Parlamentares que ocupam cadeiras no Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Excelentíssima Senhora Deputada.

Há poucos instantes ocupou a tribuna o nobre Deputado Ovídio Constantino. Ele teve críticas duríssimas ao nosso Presidente da República.

Concordo com Sua Excelência quase que em 80% das críticas que ele fez. Apenas não concordo quando ele tenta, embora de leve, defender a greve dos petroleiros. E

vou dizer por quê.

Porque trata-se da mais abusiva greve de trabalhadores de todo país. É essa greve dos trabalhadores da PETROBRÁS. Que com uma média salarial de mais de 200 mil cruzeiros mensais ainda pretendem um aumento de quase 200%. Estão a caminho de se transformar em verdadeiros marajás do serviço público. Serviço público, diga-se de passagem, monopolizado. Porque é só num serviço de monopólio é que se verificam esses abusos contra o consumidor brasileiro.

Não está aqui em discussão, nesta greve, nem eu estou discutindo a importância histórica da PETROBRÁS. Suas realizações e seu futuro. Embora, seu futuro para mim me pareça um tanto vazio porque a PETROBRÁS encontra tudo neste País, menos petróleo.

O que discutimos aqui é a absoluta inoportunidade dessa greve que em vez de promover os reais interesses dos trabalhadores em geral, que são os descamisados que não têm sequer salário-mínimo, sustenta privilégios corporativos de uma categoria que não pode ser contada junto com os demais trabalhadores do Brasil, porque altera um monopólio cujos ganhos vão sendo vistos como absurdos diante do quadro de dificuldades generalizadas por que passa o povo brasileiro.

Um País que enfrenta enormes problemas para sair da crise. Uma crise que o afeta há mais de duas décadas. Os marajás do petróleo comandados por sindicatos que ostensivamente anunciam sua filiação a uma central ligada a um partido político radical, desafiam a Nação brasileira com uma greve, que há mais de 20 dias deixa o povo em sobressalto. Paralisaram os serviços de refino e distribuição de derivados de petróleo, levando à escassez generalizada desses produtos energéticos fundamentais para a vida contemporânea. Mas em muitas regiões do Interior, estão faltando a gasolina e o óleo diesel, acarretando a paralisia global de atividades produtivas.

Curitiba, aqui na nossa Capital, desde sábado falta gás de cozinha em todos os pontos de distribuição, obrigando famílias inteiras a um sacrifício adicional que afeta as classes mais pobres, os verdadeiros trabalhadores do salário mínimo.

Reconhecendo a situação crítica, o Tribunal Superior do Trabalho, enquanto não julga a greve em si, expediu na quarta-feira, dia 13 de março último, uma ordem judicial de n° 221/91, determinando o retorno de 30% dos petroleiros para que as refinarias voltem a ser operadas e assim garantam um suprimento mínimo de derivados de gás de cozinha.

Todavia o que é que aconteceu? Os tais sindicatos de petroleiros, tomando a si a interpretação da lei e das medidas judi-

ciais, se puseram a discutir o conteúdo da ordem judicial, fazendo interpretações próprias, sibilinas, cretinas, que tinham como claro propósito retardar o seu cumprimento. Queriam saber se o retorno era de 30% do quadro global dos trabalhadores de cada unidade, ou de parcela dos funcionários lotados em cada setor de produção. Enquanto isso acontecia os navios-tanques que descarregavam gás no terminal da Petrobrás, em Paranaguá, vieram por nada, porque os distintos marajás do petróleo se recusavam a bombear o gás para o planalto, de modo a abastecer do insumo vital a sofrida população da Capital paranaense!

Mesmo sabendo que muitas crianças, velhos, doentes, além dos próprios trabalhadores do salário mínimo estavam sem condições de cozinhar o parco alimento de que dispõe, por não terem forma de aquecer o popular fogão a gás!

Nada disso moveu esta gente! Esta gente agitadora profissional! Nada disso moveu! E eu estranho que o Procurador Geral da Justiça do Trabalho, só tenha após o 14º dia de greve pedido a intervenção da Justiça do Trabalho! Isso é um lobby corporativo.

E daí, finalmente passamos a quinta-feira, a sexta-feira, passamos o sábado nesse impasse grosseiro, com toda a imprensa anunciando e a população sofrendo o descumprimento da ordem judicial por parte dos bem abonados petroleiros, que querem defender nessa Casa!

Finalmente na sexta-feira, com divulgação ampla no sábado e domingo o eminente Ministro, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Guimarães Falcão, emitiu uma instrução adicional dando conta de que sua ordem judicial tem que ser cumprida no espírito, no espírito da própria ordem, sem as desculpas vazias e cretinas que a violavam.

Diz a nota do Presidente do TST:

Para que não paire nenhuma dúvida de que a preocupação do Presidente do TST, como representante do Poder Público, é com o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Ele determina que nos 30% da equipe normal de produção de combustíveis e gás deverão estar incluídos os trabalhadores na quantidade necessária, com a correspondente qualificação técnica, para fazer funcionar, com total segurança, os setores operacionais essenciais das refinarias.

Na sua convocação, o Ministro Presidente da Corte Superior das relações trabalhistas fez um último apelo:

Os trabalhadores devem estar preocupados com o atendimento das necessidades indispensáveis da população.

É duvidoso que os tais líderes sindicais, vinculados à uma ideologia radical,

estejam com essa preocupação na cabeça, é duvidoso! Eles se julgam acima da lei e da própria Constituição. Se julgam instrumento de "Estado burguês". Porque a Constituição a Constituição Federal, no seu Artigo 9º, ao assegurar o direito de greve, ajunta, no seu Parágrafo 1º que a lei decidirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Pois bem, essa lei já foi aprovada, está em vigor, incluído como seria lógico, o monopólio do refino e distribuição do petróleo e seus derivados, entre os serviços essenciais à comunidade.

Quem tem vantagens, como os regimento pagos trabalhadores do monopólio estatal do petróleo, também possui responsabilidades, sendo a primeira a da garantia do abastecimento, já que os preços desses produtos estão sempre subindo, independentemente da queda dos preços no Golfo Pérsico ou do congelamento dos demais preços e salários.

Essa é uma das desvantagens para os brasileiros dos monopólios estatais, que hoje deixa perplexa a nossa sofrida população. Mas tanto a atividade do petróleo é essencial, como de resto as de segurança, coleta de lixo, transporte coletivo, serviços hospitalares e outros, que a própria Constituição, no parágrafo segundo do mesmo artigo 9º, declara: "Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da Lei". Que lei, devem estar se perguntando os Senhores, se o próprio Governo, dono da PETROBRÁS aceita e praticamente estimula, pela omissão, as sucessivas greves como nos serviços públicos essenciais?

Realmente foi o que aconteceu, depois de quatorze dias de greve que o Senhor Collor de Mello acordou, é que ele determinou ao Procurador da Justiça do Trabalho que representasse contra a greve abusiva e Constitucional. Deve apenas prejudicar os descamisados que ele tanto diz defender. Então, as autoridades federais pecaram também por omissão, porque não somente esta greve, mas existem sucessivas greves em serviços essenciais sem que o Governo da República tome alguma providência.

Tratando do tema, o professor Mabbott, diz que a greve em serviços vitais exige a intervenção do Estado, porque esses serviços se forem paralisados por uma greve, os mais atingidos por seus efeitos serão os consumidores e não os empregadores; no caso o consumidor é qualquer cidadão, porque o serviço paralisado atinge de tal forma a sua vida, que esta fica inteiramente desorganizada. Como uma família pode sobreviver sem o gás de cozinha, como o trabalhador do salário mínimo, como o trabalhador do salário médio, como o trabalhador

do salário alto podem sobreviver sem um serviço essencial? Então, a sociedade fica inteiramente desorganizada, e o Estado deve agir ao discutir as relações contemporâneas entre o Estado advertindo para que condições que levam o colapso da Democracia, porque um dos deveres primários do Governo é reprimir a coerção particular em que tais greves abusivas se convertem, violentando o direito dos demais cidadãos a uma vida normal.

Por isso mesmo as Democracias consolidadas trataram de votar e de aplicar leis, que embora reconhecendo o direito à greve, trataram de evitar atos abusivos contra os cidadãos e também contra os próprios membros da organização sindical.

O recentemente falecido pensador brasileiro José Guilherme Merquior, em artigo sobre "Economia versus ideologia", dizia que os grupos de interesse representados pelos mecanismos corporativos podem e devem ser aceitos nas sociedades pluralistas contemporâneas, por operarem como mecanismo de redução do conflito social mediante a integração política dos seus membros, no caso os assalariados.

Mas é evidente que não podem ser aceitos quando revestem um poder sindical institucionalizado como um verdadeiro estamento do reino, se transformando numa máquina de guerra contra a modernização da economia, ou instrumento do caos generalizado para obter o poder numa autêntica guerra revolucionária.

Esse é o fundo da greve da PETROBRÁS, esse é o fundo da greve dos portuários de Santos, esse é o fundo da greve de todas as atividades essenciais do País. Imaginamos que os nossos marajás do petróleo não queiram isso talvez, mas apenas engordar os seus salários que, mesmo sem esse aumento pretendido, hoje passam de mil dólares por mês, num País em que a maioria da população vive abaixo do salário mínimo - ou 50 dólares mensais.

Mas é fundamental lembrar que a Inglaterra da década de 80 estava sendo levada ao colapso pelo grevismo sindical, porque os sindicatos podiam obrigar todos os seus membros a seguir as decisões de uma pequena minoria de ativistas, exatamente o que acontece no nosso País, que forçavam as votações nas assembleias minoritárias e depois iam aplicar a decisão de greve mediante piquetes que reprimiam com violência quem desejasse se apresentar no trabalho.

Essas "greves selvagens" foram quebrantadas com a determinação do povo inglês de se livrar do grevismo anti-democrático, mediante a eleição da Primeira Ministra Margaret Thatcher, que quebrou a espinha dorsal dos sindicatos politizados.

Agora, na presente greve dos petrolei-

ros, temos informações de que a maioria está satisfeita com o muito que ganha - e até preocupada com as repercussões do radicalismo dos petroleiros partidarizados junto à opinião pública. Tais funcionários do monopólio sabem que o povo não é bobo e nem assistirá impassível ao assalto que lhe fazem os marajás do petróleo.

Mas pouco podem fazer, isoladamente, temerosos de represálias por parte desses novos "pelegos" ativistas, e porque a direção da empresa e o Governo Federal não se movem para apoiar os que desejam retornar ao trabalho, dando-lhes segurança e proteção.

Esperamos que hoje, exatamente neste momento, a Justiça do Trabalho decida de vez o problema, dando fim a essa vergonhosa situação de uma Nação inteira, refém de um bando totalitário, que pela agitação continuada, pela veracidade insaciável com que assalta o patrimônio comum, só podem pretender objetivos inconfessados contra a democracia que tão penosamente reconquistamos.

Esperamos que o povo brasileiro, e os paranaenses em particular, saibam separar os interesses legítimos de um salário digno por parte dos verdadeiros trabalhadores e os propósitos escusos de quem se vale da liberdade da democracia para mais facilmente apunhalá-la pelas costas.

Concedo o aparte ao Deputado Ernani Pudell.

O Sr. Ernani Pudell - Eu agradeço ao ilustre Deputado Erondy Silvério, e ouvindo atentamente as suas colocações quero aqui dar o meu testemunho. Eu por duas vezes estive na assembleia dos petroleiros aqui em Curitiba, e eu me lembro muito bem de que em várias oportunidades os petroleiros colocaram a necessidade de manter o atendimento mínimo daquilo que se chamam de necessidades essenciais da população. E a coisa que mais ouvi naquelas assembleias foi uma reclamação por parte dos grevistas no sentido de que o Governo estava procurando dificultar um acordo, esse atendimento mínimo exatamente para fazer aquele jogo muito comum que o Governo tem feito com relação às estatais aos serviços públicos de modo geral, que é primeiro desmoralizar para depois entregar, é o que se vê na educação, na saúde, é essa política que no fundo, e aí eu entendendo também o fundo do seu pronunciamento, eu consegui perceber que o objetivo aí é desmoralizar todas as formas e serviços públicos, para depois a própria sociedade aceitar passivamente a entrega desse gigantesco patrimônio que a iniciativa privada não teve capital ou interesse em alocar há vinte, trinta anos atrás, o Estado alocou recursos nessas atividades que exige um

prazo de maturação muito grande para dar um retorno de lucro, então naquela época a iniciativa privada não tinha interesse em alocar recursos, aí o Estado alocou os recursos necessários; agora que as estatais como a PETROBRÁS, a Itaipu, etc. estão funcionando, dando lucro, então tem que desmoralizar mesmo, jogar os trabalhadores na greve até que se entregue esse patrimônio à iniciativa privada.

E eu quero dizer uma coisa a Vossa Excelência, que eu observei bem: que Vossa Excelência, no fundo defende a entrega dos monopólios estatais para a iniciativa privada. Vossa Excelência pode perceber, por exemplo, eu nunca vi sequer uma reclamação contra o monopólio do refino do óleo de soja, que vive faltando nas prateleiras dos supermercados deste País e eu não vi Vossa Excelência, por exemplo, questionar o monopólio dos remédios que estão fazendo aumentos abusivos, distorcidos em cima da fome do povo.

Agora, para encerrar, eu gostaria de dizer a Vossa Excelência mais uma questão. Eu discordo da essência do seu pronunciamento, porque Vossa Excelência questiona o fato e chama de "marajá", funcionários que têm uma renda média de duzentos mil cruzeiros mensais, como se nós pretendêssemos nivelar por baixo, quando o próprio DIEESE diz que o salário mínimo neste País deveria ser mais de cem mil cruzeiros, me parece que duzentos mil não é um salário de "marajá". E gostaria também que Vossa Excelência, quando se referisse aos "marajás" da PETROBRÁS, lembrasse que, talvez, com o salário de um milhão e quinhentos mil cruzeiros que recebe, por exemplo, um representante nesta Casa, poderia ser comparado ao xeque Al Sabah do Kuwait...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência. Concordo com ele em parte e discordo em outras afirmativas, inclusive esta que Vossa Excelência fala dos vencimentos dos Senhores Deputados. Vossa Excelência recebeu gostosa e prazerosamente o dinheiro; já embolsou, já gastou e já está querendo mais, está esperando que chegue o dia 15. Então, o discurso de Vossas Excelências é uma coisa, mas o modo de agir é outro.

Agora, Vossa Excelência dizer que o monopólio do petróleo foi entregue primeiro à iniciativa privada para depois ser estatal, Vossa Excelência está laborando em erro, porque existiam duas refinarias particulares e o Senhor Jango Goulart as encampou em 1963.

Vossa Excelência está incorrendo em outro erro, mas Vossa Excelência é novato na Casa e eu o perdoo por isso. Vossa Excelência dizer que eu nunca me insurji contra os monopólios da indústria privada,

Vossa Excelência está laborando e incorrendo em outro erro; se Vossa Excelência consultar os Anais da Casa, Vossa Excelência verá as inúmeras reclamações, os inúmeros protestos que eu fiz aqui, principalmente contra o monopólio do cimento, contra o da indústria automobilística, que impinge à população brasileira verdadeiras carroças, no sentido puro da palavra, como disse o Presidente da República, com preços exorbitantes. Então, Vossa Excelência não pode dizer que eu não insurjo contra monopólio. Os monopólios são, efetivamente, ruinosos e danosos, e pior ainda os estatais, porque as estatais monopolizam o serviço essencial e impõem a tarifa que bem entendem, que bem desejam. Assim acontece com os serviços de água, assim acontece com os serviços de tratamento de esgotos, assim acontece com os serviços telefônicos, assim acontece com os serviços de energia elétrica, assim acontece com o petróleo e seus derivados.

No instante em que se quebrar o monopólio estatal, em que se deixar isso à livre concorrência, os preços terão a tendência de cair.

Muito obrigado a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PFL se fará uso do seu tempo.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Senhor Presidente, eu gostaria de solicitar a Vossa Excelência o uso da palavra aqui do Plenário, em vez da tribuna.

(Assentimento)

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Eu venho também registrar já com outras manifestações que tivemos nesta Casa, a situação caótica em que se encontra a educação do Paraná, nós lamentamos o que vem ocorrendo com a educação neste Estado, uma das bases fundamentais para que o Estado possa se desenvolver nos dias de hoje. O Paraná dá uma demonstração, o Estado moderno, com condições espetaculares para desenvolver a educação neste Estado, o Poder Público vem levando a uma miséria total a educação neste Estado. Nós vimos no decorrer dos anos, no passado, os professores lutaram com uma bandeira em mãos, no dia-a-dia, na luta de muitos anos, chegaram a um estatuto ideal para a educação neste Estado do Paraná. Mas, infelizmente, os últimos governantes, e faço aqui neste momento, uma crítica ao ex-Governador do Paraná que levou a uma miséria a educação deste Estado, fazendo com que os pequenos municípios não, mas os médios e grandes municípios deste Estado têm pago professores bem acima dos padrões do Governo do

Estado do Paraná; exemplificando: a Prefeitura Municipal de Curitiba, não estou aqui fazendo propaganda do Prefeito de Curitiba, mas posso afirmar que um professor municipal ganha 150 mil cruzeiros em quatro horas de aula; enquanto a educação do Estado paga razoavelmente, muito mal, cinquenta mil cruzeiros.

Isto é uma vergonha. Isto é um desestímulo. Aí nós levamos a educação na situação que está. Enquanto nós temos as escolas particulares que estão tomando todo o espaço da educação no Estado, porque oferece uma educação adequada, moderna, fazendo com que a criança sinta estímulo para estudar. As escolas particulares levam para uma sala de aula cem alunos, quando um professor trabalha naturalmente, com condições de trabalhar e faz com que essas crianças assistam à aula, com alunos, assistam à aula com responsabilidade, com silêncio e respeito à escola que frequentam, fazendo com que se transformem em pessoas preparadas para o futuro vestibular em nosso Estado.

A educação pública, ela oferece dificuldades terríveis para os professores estaduais, sem condição de trabalhar e aí então, dão aula para trinta, trinta e cinco alunos. Vergonhosamente, não tem educação que seja necessária para nossas crianças, principalmente atingindo violentamente as famílias pobres que não podem pagar a escola particular.

É lamentável que o Governo do Estado não tome providências urgentemente para que possamos fazer o melhor daquilo que podemos fazer no futuro das nossas crianças, fazendo com que este Estado seja moderno, com educação moderna, passando a ser exemplo a outros Estados.

Portanto, Senhores Deputados, eu convidei esta Casa para que somemos junto ao Governo do Estado para solucionar o mais breve possível esse problema sério que temos no nosso Estado. Tem tantos outros problemas a serem resolvidos, mas todos os anos quando vemos o início das aulas tumultuado, os professores, mais uma vez, o fracasso do seu trabalho, da sua missão, que sonhou fazer a educação do seu Estado, encontram sim, o salário miserável, as escolas sem professores, uma escola que precisa, às vezes, dando um exemplo, precisando de cinquenta professores inicia as aulas com vinte, trinta professores. Aí, uma aula tem, a outra não tem, e as crianças ficam ali desorganizadas, bagunçando, desestimuladas, fazendo com que a educação do Estado seja uma vergonha a todos nós.

Portanto, nesta Casa, nós temos uma responsabilidade muito grande com nosso povo, com nossa gente. Vamos nos unir, fazendo com que o Governo do Estado do Paraná pense, mas pense muito rápido para so-

lucionar este problema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - PRN com a palavra. PTB com a palavra. PDT com a palavra. Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Primeiramente, eu queria cumprimentar a Presidência da Casa e o Serviço de Cerimonial pela brilhante organização da posse de Sua Excelência, o Governador Roberto Requião.

Senhor Presidente, estou aqui para apresentar dois requerimentos que eu espero que os nobres Deputados aprovem e que sejam encaminhados. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado votos de congratulações ao "Cidadão Honorário do Paraná" Leonel de Moura Brizola, pela posse de Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 18.03.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Deputado Estadual

Líder do PDT

JUSTIFICATIVA:

O engenheiro Leonel Brizola assume pela 2ª vez a chefia do Executivo fluminense. No ato de sua posse, Brizola anunciou, ao lado dos menores abandonados Elias Nascimento da Silva e Alexandre Conceição Bernardo, o propósito de construir 500 CIEP's (Centros Integrandos de Educação Pública), demonstrando que mais uma vez sua atuação terá como prioridade absoluta a criança e o adolescente, sobretudo os mais carentes.

Neste momento, honra-se a oportunidade de apresentarmos os votos de congratulações a esse homem público que, pela sua exemplar trajetória no cenário da política nacional, gratifica o título de "Cidadão Honorário" conferido pelo povo ~~paran~~ense." (Termina de ler)

O segundo requerimento, Senhor Presidente, diz o seguinte (Lê):

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a constituição de uma representação de parlamentares, integrantes deste Poder, para representar a Casa, na cerimônia de posse do novo presidente da Associação Comercial de São Paulo, Doutor Lincoln da Cunha Pereira, em data marcada do corrente mês.

Sala das Sessões, em 18.03.91

(a) GERALDO CARTÁRIO.

JUSTIFICATIVA:

O ex-Deputado Estadual Lincoln da Cunha Pereira, que ocupou importantes funções públicas em nosso Estado, inclusive a Secretaria do Trabalho, está há muitos anos radicado em São Paulo, onde na condição de empresário tem sido um dos líderes do setor industrial. Ele atinge, agora, a posição de dirigente máximo da entidade que congrega as forças do comércio bandeirante, um reconhecimento da sua capacidade gerencial das mais poderosas unidades da federação brasileira.

Nasceu em 13 de fevereiro de 1928, em Curitiba, filho do desembargador Francisco da Cunha Pereira e de Dona Julinda da Cunha Pereira.

Fez o curso primário no Grupo Escolar "Rio Branco", o secundário no Colégio "Santa Maria" e o superior na Faculdade de Direito da Universidade do Paraná. É bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Desempenhou em cargos como Presidente da União Paranaense dos Estudantes (quando acadêmico), assistente técnico da presidência do Tribunal de Justiça do Paraná, diretor do Departamento de Fronteiras do Paraná e secretário do Trabalho e Assistência Social.

Foi fundador do Jornal "Folha Universitária" e do ginásio noturno "Doutor João Cândido", gratuito e que tantos serviços tem prestado aos menos favorecidos pela sorte.

Ocupou a Assembléia Legislativa como suplente e posteriormente, em novo período, como titular em 03 de outubro de 1958." (Termina de ler)

Trata-se de um ex-Deputado desta Casa e eu espero que os nobres Deputados aprovelem esta representação até a cidade de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PTB com a palavra.

(Declina).

PL com a palavra.

(Declina).

PSDB com a palavra.

(Declina).

PMDB com a palavra.

Com a palavra, o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Ouvimos atentamente quando alguns dos Senhores Deputados usaram da tribuna e questionaram sobre a educação do Paraná. E eu quero aproveitar o ensejo e solicitar o apoio dos Senhores Deputados, da digníssi-

ma Deputada, quando já estão tramitando na Mesa quatro requerimentos de nossa autoria, que têm o mesmo conteúdo, apenas os órgãos do Governo Federal são diferentes.

Vou ler o teor do requerimento em relação à questão do ensino. Este, estamos encaminhando ao Ministro: "Requer envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Carlos Chiarelli, Ministro da Educação.

Senhor Presidente, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Carlos Chiarelli, Ministro da Educação, solicitando apoio quanto à não extinção do ensino gratuito de terceiro grau.

Justificativa.

Atualmente, uma parcela mínima da população brasileira tem acesso às universidades, muitas vezes enfrentando dificuldades de ordem financeira, fato que podemos atestar tendo em vista o elevado número de pedidos de bolsas de estudos de recebemos.

Com a extinção do ensino gratuito, o acesso ficará mais restrito, tirando a oportunidade de muitos brasileiros de ingresso na universidade, agravando ainda mais a situação da educação no Brasil."

Encaminhamos ao Ministro da Educação. Estamos encaminhando a Senhora Ministra Zélia Cardoso de Mello. Estamos encaminhando também ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ibsen Pinheiro e também ao Presidente do Senado, Senador Mauro Benevides.

Esta a situação, o quadro do que está vindo no novo pacote do Governo Federal. Aqui questionada a situação, a nível de Estado, quero ser testemunha que aqui muitas vezes, quando convivemos com o período de greve em relação aos professores, nunca tivemos a preocupação de vir a esta tribuna colocar as nossas posições e a posição do Governo do Estado. Uma vez mostrando a situação que vivemos durante aquele período de greve, até fui vaiado várias vezes pelas galerias. Recordo-me muito bem do ilustre Deputado Paulo Maia que também participava do movimento. Mas isto não me preocupou em momento algum, porque até as cartas, alguns órgãos da imprensa no setor de educação, divulgavam o meu nome e o nome de vários Deputados que eram inimigos dos professores do Paraná. Só que a maioria daqueles que defenderam, não voltaram à Assembléia Legislativa do Estado por desejo do povo. E eu voltei aqui, pelo terceiro mandato, e não fugi da minha postura como homem representante do povo paranaense.

É bom que se saiba que a situação realmente foi difícil, sabemos disto, mas está comprovado hoje. O Paraná pagou, durante todo o tempo, o salário dos profes-

sores em dia. Nunca houve atraso no pagamento dos professores.

Se buscarmos exemplos de outros Estados, do Piauí, onde ficaram seis meses sem receber, os professores, a polícia, ganhando dez mil cruzeiros de salário por mês, e não é só o Deputado Dirceu Manfrinato que está dizendo isto, a própria imprensa nacional mostrou o quadro terrível que vivem outros Estados brasileiros.

Temos outro exemplo, do Mato Grosso do Sul. Aqui o Governador Álvaro Dias saiu carregado nos braços do povo, ao deixar o Palácio Iguazu. No Mato Grosso do Sul, o Governador precisou sair pela porta do fundo, correndo e não teve a dignidade sequer de passar o mandato de Governante ao seu sucessor.

Na verdade, vivemos algum período de crise na questão da educação. Mas o que mais gerou problemas foi o interesse político da permanência daquela greve para desestabilizar o partido do Governo, o PMDB, partido ao qual pertenco com muita honra. Tentativa de desestabilizar o Governador porque tinha o candidato à sua sucessão, que está eleito numa margem de 400 mil votos contra o outro candidato no segundo turno.

Acho que a administração do Governador Álvaro Dias é conhecida a nível nacional. O Governo entregou, ao seu sucessor um governo transparente, em condições financeiras. Nós sabemos o desejo já do novo Governador Roberto Requião, a quem quero parabenizar pela escolha da equipe de trabalho. Temos dois companheiros que deixaram a Assembléia Legislativa para prestar serviço ao povo do Paraná como Secretários. Sabemos que esses dois Secretários, Djalma de Almeida César e Caíto Quintana, e o Deputado Federal Homero Oguido, são pessoas que conhecem a dificuldade dos Parlamentares, que sabem viver o dia a dia com as Prefeituras, com a população.

Então, sem dúvida nenhuma, meu caro Presidente, será o elo de ligação da Assembléia Legislativa do Estado com o apoio destes três companheiros que deixam seus cargos para servir o Governador Roberto Requião. Desejo aos outros Secretários muito sucesso, pois é o que precisamos aqui no Paraná, e tenho certeza de que com esta equipe constituída, daremos um avanço muito grande. E, sem dúvida nenhuma, precisando do apoio da Bancada do PMDB e também da Bancada de outros partidos que têm assento nesta Casa, uma vez que em sendo interesse do Paraná, temos o dever de ajudar a governá-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, Ofício n° 399/91, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando a esta Assembléia cópia do Acórdão sob n° 605/91, relativo ao registro da aposentadoria do Conselheiro Antonio Ferreira Rüppel. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício subscrito pelo Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, comunicando que a partir do dia 15 de março, estaremos acumulando a Liderança do Governo junto a esta Assembléia Legislativa, haja vista que o Deputado Caíto Quintana, estará assumindo a Chefia da Casa Civil do Governo. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício n° 08/91 PT-LID, subscrito pelo Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente, comunicando que o Deputado Doutor Rosinha integrará a Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde como representante do P.T. nesta Casa.- À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio.-Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Costenaro Neto, na qualidade de Líderes do PMDB, PSDB, PFL, respectivamente e demais Senhores Líderes, constante do expediente, solicitando que a apreciação dos vetos constantes da Ordem do Dia da presente sessão se faça em 02 (dois) blocos.- Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Solicito destaque para o item 5° da Ordem do Dia. E pretendo fazer a defesa do meu projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor Deputado Algaci Túlio requer destaque para a Proposição Única 10/91.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, não entendo, o destaque é para discutir o veto ou para votar...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Destaque para votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - O

Plenário aprovou a votação em dois blocos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mas a Mesa entende o seguinte: o Deputado autor do projeto, quando requer o destaque, ele tem a obrigação de atender.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Então vou retirar a minha assinatura do requerimento que pede votação em bloco e vou requerer que a votação de cada projeto seja feita individualmente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mas aí a votação é em bloco.

Deputado Erondy, Vossa Excelência já presidiu esta Casa e sabe perfeitamente que o Deputado autor de um projeto que foi vetado pode requerer o destaque.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Só para sugerir que se o Deputado Algaci Túlio concordar com o que acabou de propor o Deputado Erondy Silvério, não haverá nenhum prejuízo que se vote em bloco na forma requerida e pode, Sua Excelência, Deputado Algaci Túlio, defender o seu projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mas aí não haverá razão nenhuma, porque os vetos serão votados em bloco e vai na mesma cesta.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, também quero entender esta posição. Pretendo defender o meu projeto, com relação à votação desse bloco. Primeiro serão votados todos os projetos, todos os vetos num só, quer dizer, vamos supor, Presidente, que eu tenha conseguido aqui que a gente possa derrubar o veto, com relação ao meu projeto, cairão todos os vetos deste bloco?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Cairão todos.

O SR. ALGACI TÚLIO - Aí eu tenho a impressão que eu sairei prejudicado nessa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não tem outro jeito, se for rejeitado, serão todos.

O destaque do Deputado requerido pelo Deputado Algaci Túlio, à proposição 10/91, será mantida. Com exclusão do 10/91, do primeiro bloco vai se proceder à chamada nominal para votações. Antes porém, a Mesa atendendo o requerimento do Deputado Hermas Brandão, que deseja saber se os projetos vetados, tenham recebido da Comissão de Justiça o arquivamento, se a Mesa submete a votos ou adota o critério também do destaque quando a Comissão opinar pelo

arquivamento. Esses projetos então não virão mais na Ordem do Dia, desde que a Comissão solicite o arquivamento. Claro que cabe ao Deputado solicitar que o Plenário o aprecie, mas assim nós teremos uma economia processual legislativa muito grande.

Eu consulto o Plenário se essa posição deve ser adotada, pela Mesa, os Senhores Deputados que concordam, conservem-se como estão. Aprovado.

O item um da pauta a Comissão solicita o arquivamento. Está excluída de votação e o projeto está arquivado.

Vamos apreciar o veto n° 182/90, 04/91, 05/91, 19/91 e 24/91. Senhores Deputados que rejeitam o veto votarão Não; e os que forem favoráveis ao veto, votarão Sim.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Só para segurança, agora nós vamos iniciar a votação de qual bloco?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agora, vamos votar o primeiro bloco, excluído o 148/90. Não será votado porque foi solicitado o arquivamento, ninguém requereu destaque, e o 10/91, que foi requerido o destaque pelo Deputado Algaci Túlio.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 148/90 - VETO aposto ao Projeto de Lei n° 359/89, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que autoriza a estadualização da estrada que liga Antônio Olinto a Rio Negro, passando parte da rodovia pelo Município da Lapa. Com Parecer da C.C.J. favorável à apreciação da proposição pelo Plenário. - OBS: Não será votado. Foi solicitado o arquivamento; ninguém requereu destaque.

OF/DTL/N° 221/90

Curitiba, 23 de julho de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 164/90, desta Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do Art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei n° 359/89, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a estadualização da estrada com 56 km, que liga o município de Antônio Olinto a Rio Negro, passando parte da rodovia pelo município da Lapa.

O projeto de lei em exame não pode merecer acolhimento, tendo em vista esclarecimentos prestados pela Secretaria de Estado dos Transportes - SETR que o examinando, asseverou:

"Esclarecemos que o DER, no momento, não tem recursos para assumir novos encar-

gos de conservação, porque já mantém uma rede rodoviária acima de sua capacidade.

Por outro lado, esclarecemos que os municípios, especialmente os da região Sul do Paraná, têm sido beneficiados com os serviços das patrulhas mecanizadas que foram adquiridas a partir do Contrato de Empréstimo n° 486/OC-BR, firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, em 19.12.84, para dar atendimento, exatamente, às estradas municipais, com o objetivo de dar acesso, a partir das estradas alimentadoras, às unidades de produção.

Estão sendo assinados convênios entre o Governo do Paraná, a Secretaria dos Transportes, através do Departamento de Estradas de Rodagem e as Associações das Microrregiões do Estado, para dar continuidade à execução de serviços de melhorias em Estradas Rurais Municipais, utilizando as mesmas Patrulhas Mecanizadas, estando a escolha dos trechos a critério dos Senhores Prefeitos Municipais, que poderão definir, portanto, as estradas que julgarem prioritárias."

Esses, os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 359/89, encontra-se publicado no D.A. n° 109/89, de 30.11.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO N° 148/90

P A R E C E R:

Procedida à análise legal, constitucional e regimental da proposição em tela, somos pelo seu arquivamento, visto que constatamos vícios em sua tramitação processual legislativa, bem como o descumprimento dos prazos determinados pelo § 6°, do Art. 71, da Constituição Estadual e § 3°, do Art. 215, do Regimento Interno, deste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 005/91 - VETO aposto ao Projeto de Lei n° 536/90, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que cria o programa estadual de transporte escolar, conforme especifica. Com parecer da C.C.J., favorável à apreciação da proposição pelo plenário.

OF/DTL/CC/N° 14/91

Curitiba, 03 de janeiro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento

do Ofício n° 339/90, desta Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do Art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei n° 536/90, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a criar o Programa de Transporte Escolar, integrado pelas Secretarias de Estado da Educação e dos Transportes e pelas Prefeituras Municipais de todo o Estado, e dá outras providências.

Sem embargo da relevância dos objetos a que colima a medida, não foi possível dar-lhe acolhimento, tendo em vista a inexistência, na Lei Orçamentária para 1991, recentemente aprovada e sancionada, dos recursos necessários à execução do referido programa, resultando que, se sancionado o projeto, na forma posta, restaria eivado de inconstitucionalidade por malferir o art. 135, inciso I da Constituição Estadual, que veda o início de programa ou projeto não incluído na lei orçamentária anual.

Esses, os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 359/89, encontra-se publicado no D.A. n° 128/90, de 29.10.90).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO N° 005/91

P A R E C E R:

A proposição em tela, veta o Projeto de Lei n° 536/90, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que tem por finalidade criar o Programa Estadual de Transporte Escolar.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual, usando da atribuição que lhe confere os arts. 87, inciso VII e o § 1° do art. 71, desta.

A razão exposta pelo Senhor Governador para o mencionado veto é a inconstitucionalidade do projeto, por ferir o art. 135, inciso I da Constituição Estadual, que veda o início de programa ou projeto não incluído na lei orçamentária anual.

Não obstante o aspecto meritório do projeto, de relevante alcance social, o nosso parecer é favorável à manutenção do veto e, conseqüentemente, pela aprovação da presente proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões em 12.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

ERONDY SILVÉRIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO N° 15/91

P A R E C E R:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 015/91 - VETO aposto ao Projeto de Lei n° 580/90, de autoria do Deputado LUCIANO PIZZATTO, que estabelece normas para a prática de esportes náuticos no litoral paranaense. Com Parecer da C.C.J., favorável à apreciação da proposição pelo Plenário.

OF/DTL/N° 48/91

Curitiba, 14 de janeiro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 377/90, desta Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do Art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei n° 580/90, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que "A prática de esportes náuticos no litoral paranaense, em locais públicos à beira-mar ou até 100 (cem) metros da praia, fica sujeita à prévia autorização do Poder Público, nos termos desta lei".

O não acolhimento ao projeto de lei em referência decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, que o examinando, asseverou:

"Conforme cópias anexas, de fls.05/11, a matéria, objeto do Projeto de Lei n° 580/90, é regulada por normas provenientes do Ministério da Marinha, através da Portaria n° 26, de 26 de março de 1990, da Diretoria de Portos e Costas e, no âmbito das praias do litoral do Estado do Paraná, pela Portaria n° 12, de 05 de abril de 1990, da Capitania dos Portos do Estado do Paraná.

Ambas as portarias têm embasamento legal no Decreto Federal n° 87.648, de 24 de setembro de 1982, que "estabelece princípios gerais para o tráfego marítimo, fluvial e lacustre e para a segurança da navegação nas águas sob a jurisdição nacional". ("in" LEX 1.982, XLVI outubro a dezembro, págs. 357 "usque"416).

Diante do exposto, acreditamos que, em sendo aprovado o projeto de lei ora em questão, criar-se-á um conflito de competências".

Esses, os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 580/90, encontra-se publicado no D.A. n° 140/90, de 20.11.90).

A proposta em tela traz um veto aposto ao Projeto de Lei n° 580/90, de autoria do ilustre Deputado Luciano Pizzatto, que estabelece normas para a prática de esportes náuticos no litoral paranaense, tendo sido comunicado a esta Casa, pelo Senhor Governador via Ofício n° DTL 48/91, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação desta Assembléia.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual. O Senhor Governador vetou o referido projeto de lei usando da atribuição que lhe confere o art. 71, § 1°, da Carta Magna Estadual. A razão exposta para o mencionado veto decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, que afirmou ser a matéria regulada por normas provenientes do Ministério da Marinha, através da Portaria n° 26/90 e, no âmbito das praias do litoral paranaense, pela Portaria n° 12/90, da Capitania dos Portos do Estado do Paraná.

Tendo em vista que as Portarias supracitadas têm embasamento legal no Decreto Federal n° 87.648/82, isto geraria um conflito de competências.

Neste sentido, esta douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, vem a se pronunciar pela manutenção do veto, encontrando-se a matéria em condições de ser submetida à consideração do Plenário.

Sala das Comissões, em 12.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

ERONDY SILVÉRIO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 019/91 - VETO aposto ao Projeto de Lei n° 621/90, de autoria do Deputado NEREU MASSIGNAN, que cria a Região Administrativa de Foz do Iguaçu, com sede na localidade do mesmo nome. Com Parecer da C.C.J., favorável à apreciação da proposição pelo Plenário.

OF/DTL/N° 65/91

Curitiba, 18 de janeiro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 446/90, desta Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do Art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei n° 621/90, em razão dos motivos adiante expostos.

A medida objetiva a criação da Região Metropolitana de Foz do Iguaçu, com sede no município do mesmo nome e como resultado do desmembramento da Região Administrativa de Cascavel e integrada dos municí-

Curitiba, segunda, em 18.03.91

pios de Santa Helena, Foz do Iguaçu (sede), Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Missal e Matelândia.

O projeto de lei em referência não mereceu acolhimento, tendo em vista pronunciamento da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, que através de sua Coordenadoria de Planejamento Governamental, manifestou entendimento no sentido de que cabe ao Poder Executivo planejar e desenvolver estudos de agrupamento de municípios em regiões, com vistas à promoção do aumento da eficiência de sua máquina administrativa, para o que com respaldo na Lei 8485/87, foi baixado o Decreto n° 2441, de 10 de fevereiro de 1988, definindo as Regiões Administrativas do Estado do Paraná.

Além disso, salientou aquela Coordenadoria, após referir recente desmembramento envolvendo os municípios em questão, que "nova fragmentação não seria tecnicamente recomendável, pois colocaria em risco os princípios balizadores organizacionais que o projeto de regionalização preconiza. Pois o Estado teria que redefinir os espaços de atuação dos órgãos, acarretando neste caso uma possível duplicidade de atuação e um aumento de custos, além da evidente contradição que seria a diminuição do espaço físico no qual os mesmos iriam atuar".

Esses, os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 621/90, encontra-se publicado no D.A. n° 149/90, de 06.12.90).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO N° 19/91

P A R E C E R:

A proposição ora em discussão traz veto do Sr. Governador do Estado, apostado ao Projeto de Lei n° 621/90, e que foi comunicado a esta Casa pelo ofício DTL 65/91, datado de 18.01.91, daí decorrendo o prazo constitucional para que seja apreciado por esta Casa.

O veto foi proferido dentro dos prazos estabelecidos pelo § 1° do art. 71 da Constituição Estadual e conforme as atribuições que são conferidas ao Governador.

Porém, não encontramos na explicação do Governador, justificativas reais para a emissão do veto. Argumenta o Sr. Governador que o Estado já está dividido em regiões administrativas e que não há necessidade de mudanças na estrutura dessas regiões.

É sabido de todos que, quanto mais próximo da população, mais o serviço público será utilizado por ela. O Estado deve ir até o cidadão, deve facilitar-lhe o acesso a todas as informações e a todas as formas que o Estado pode servi-lo. É tarefa do Estado servir e informar o cidadão, descentralizando e interiorizando a ação administrativa estadual.

Diante do acima exposto e levando-se em conta que o Sr. Governador nas razões expostas ao veto não encontrou nenhum traço de inconstitucionalidade da matéria, opinamos pela derrubada do veto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

OVÍDIO CONSTANTINO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 024/91 - VETO apostado ao Projeto de Lei n° 644/90, de autoria da PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA, (Of. 1196/90), que concede, a título de reajuste de data-base dos servidores do Quadro de Pessoal daquela Procuradoria, o índice percentual de 185,22% sobre os valores vigentes em dezembro de 1990. Com Parecer da C.C.J., favorável à apreciação da proposição pelo Plenário.

OF/DTL/N° 82/91

Curitiba, 29 de janeiro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 014/91, desta Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do Art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei n° 644/90, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva a medida reajustar, conforme específica, os vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral da Justiça, e adota outras providências. O veto parcial apostado, incidiu sobre o art. 5° do projeto de lei em causa.

O não acolhimento ao mencionado dispositivo decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado da Administração, que o examinando, ponderou:

"3 - Contudo, esta Pasta sugere seja vetado o art. 5° do presente projeto de lei, uma vez que acréscimos de despesa com pessoal dependem da existência de recursos financeiros para tal fim.

4 - Nesse sentido, uma vez que a PGJ vem adotando os mesmos critérios relativos à administração de recursos humanos praticados pela administração direta e autárquica do Poder Executivo, deverá à época, encaminhar anteprojeto de lei sobre a matéria."

Esses, os motivos que me levaram a ve-

tar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO PARCIAL N° 24/91

P A R E C E R:

A proposição em tela, traz o veto parcial ao Projeto de Lei n° 644/90, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, que concede reajuste de data-base aos Servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria, através do Ofício DLT n° 82/91.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual, foi fundamentada no pronunciamento da Secretaria de Estado da Administração, e se mostrou contrária ao Art. 5° do projeto de lei em causa.

Assim sendo, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer Favorável à manutenção do veto.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Inicia-se o processo de votação.

O Sr. 1° Secretário procederá à chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal)

Votaram 42 Deputados.

Convido os Srs. Deputados Renato Adur, Duílio Genari e Geraldo Cartário, para, juntamente com o 1° Secretário, comporem a Comissão Escrutinadora.

Votaram 42 Srs. Deputados.

Votos SIM, 32; NÃO, 8; votos em branco, 2. Mantido o veto.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 010/91 - VETO aposto ao Projeto de Lei n° 040/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que regulamenta a utilização de transporte coletivo urbano e das regiões metropolitanas, gratuitamente, por portadores de deficiências físicas, sensoriais ou mentais. Com Parecer da C.C.J., favorável à apreciação da proposição pelo Plenário.

OF/DTL/N° 24/91

Curitiba, 08 de janeiro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 394/90, desta Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do Art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de

Lei n° 040/90, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que "Os portadores de deficiências físicas, mentais ou sensoriais, comprovadamente carentes, gozarão do benefício da gratuidade nos transportes coletivos urbanos e das regiões metropolitanas".

Sem embargo, da relevância dos objetivos a que colima o projeto, não foi possível dar-lhe acolhimento, tendo em vista a inconstitucionalidade nele presente, detectada pela Procuradoria Geral do Estado que, o examinando, assim se manifestou:

"O art. 30 da Constituição Federal, que estabelece a competência do Município, expressamente lhe entrega o poder de: "organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo o de transporte coletivo, que tem caráter essencial". O projeto de lei em pauta retira ou diminui a capacidade do Município, de organizar o seu transporte coletivo urbano, fere o art. 30, é inconstitucional". Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 040/90, encontra-se publicado no D.A. n° 03/90, de 20.02.90).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO N° 10/91

P A R E C E R:

A proposição em tela, traz o veto aposto ao Projeto de Lei n° 040/90, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que regulamenta o Transporte Coletivo Urbano e das Regiões Metropolitanas, gratuitamente, aos portadores de deficiências físicas, sensoriais ou mentais, que foi comunicado a esta Casa através do Ofício DTL n° 24/91.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo constitucional, foi fundamentada na arguição de inconstitucionalidade do objeto da matéria, com fulcro no art. 30, da Constituição da República Federativa do Brasil, que preceitua a competência dos municípios para organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo o de transporte coletivo.

Notado o intuito de adequação à realidade imposta pela ordem constitucional brasileira, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer Favorável à manutenção do veto aposto.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 12.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra para encaminhar a votação, o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao analisarmos o veto aposto pelo Governador do Estado ao Projeto de Lei n° 40/90, não podemos, primeiramente, deixar de falar do mérito desta proposta. O projeto diz no seu art. 1°: - "Os portadores de deficiências físicas, mentais ou sensoriais, comprovadamente carentes, gozarão do benefício da gratuidade nos transportes coletivos urbanos e das regiões metropolitanas.

O art. 224 da Constituição do Estado, diz:

"- É garantida a gratuidade nos transportes coletivos urbanos e nas regiões metropolitanas aos maiores de 65 anos e às pessoas portadoras de deficiência que comprovem carência de recursos financeiros.

Posto isto, então, o art. 224 da Constituição Estadual garantiu a gratuidade no transporte coletivo urbano e das regiões metropolitanas aos portadores de deficiências, comprovadamente carentes, bem como aos idosos, com mais de 65 anos. Aos idosos, o atendimento já vinha sendo feito e o dispositivo constitucional veio apenas assegurar o que já era uma conquista.

Com relação aos deficientes, a situação é a inversa: o dispositivo permanece "letra-morta" no papel, até que se regulamente a matéria e a transformemos em conquista real.

Ao elaborarmos o presente plano de lei, estivemos atentos para garantir que o benefício fosse estendido exclusivamente àqueles que realmente necessitam, e exatamente por isto, pedimos aos nobres Deputados que se detenham nos incisos I e II do art. 2°, que exigem, para concessão do benefício, atestado médico comprovando a deficiência e atestado da autoridade policial ou prefeito municipal, comprovando que o requerente é carente de recursos financeiros.

Não fosse meritório, não haveria o assunto sido abordado pela Assembléia Constituinte e hoje constando nas Constituições Federal e Estadual.

Grande parte da população deficiente necessita de tratamento médico especializado, exames e tratamento fisioterapêutico, que se não bastasse os próprios custos, ainda são onerados pelos custos das passagens. E via de regra o portador dessa deficiência necessita de um condutor, de um acompanhante. Então, são duas passagens pagas para poder um deficiente utilizar o transporte coletivo.

Não queremos que esta proposta pareça uma proposta meramente assistencialista porque estes seres não precisam de esmola, precisam de tratamento diferenciado para superação de suas limitações e integração social efetiva.

Quanto a constitucionalidade, alegada nas razões do veto.

Realmente a Constituição Federal assegura a competência dos municípios para prestar e organizar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo o transporte coletivo, que tem caráter essencial.

Entretanto, a alegação de que o projeto retira ou diminui o Poder dos municípios o Poder dos municípios não procede, porque se procedesse, a própria Constituição Federal não poderia ter assegurado a gratuidade em que se apoia o projeto. A Constituição Federal assegurou o transporte coletivo gratuito, nas regiões urbanas e metropolitanas, aos portadores de deficiências.

A Constituição Estadual confirmou o direito - consolidou-o. Entretanto, alega o Sr. Governador, que não pode a Assembléia Legislativa regulamentar a matéria.

Resta questionar: quem irá regulamentá-la, senão a Assembléia?

Nós precisamos regulamentá-la!

O projeto se preocupa com a concessão efetiva do benefício e não se apegua a detalhes do disciplinamento do benefício. Apenas encarrega a Secretaria de Estado dos Transportes de normatizá-lo e, inclusive, dar apoio para que os municípios também implementem o direito.

Se a Constituição Estadual tratou da matéria, se a Constituição Federal também fez isso, não temos competência para legislar de forma regulamentar.

A prevalecer o argumento do veto, a Constituição Estadual errou ao tratar da matéria, porque deveria ter deixado por conta das Leis Orgânicas.

Se não houver Lei Estadual legislando o direito não será conferido, mesmo porque os municípios não podem legislar sobre os serviços das regiões metropolitanas. Quem é que vai legislar sobre elas é a União e os Estados. Então o argumento no meu entendimento ele é falho. É falho mesmo porque ninguém está dizendo como o serviço será prestado. Apenas reafirma a Constituição, estabelece critérios. Os atestados médicos e de pobreza para a seriedade no processo de credenciamento à Secretaria dos Transportes para expedir identidades próprias, função que inclusive pode ser delegada aos municípios como cooperação. O que não podemos, Srs. Deputados, é aceitar

o veto e deixar os deficientes distantes dos benefícios que a Constituição assegurou há mais de dois anos e nós somos testemunhas e especialmente nós Parlamentares que somos também jornalistas e radialistas do drama que vivem essas pessoas. Constantemente batem no meu Gabinete ou no meu escritório ou lá na Rádio Clube Paranaense, os deficientes perguntando se eles têm direito ao passe gratuito da passagem no transporte coletivo. Aí eu tenho que dizer que a Constituição Federal e Estadual dão este direito, mas que lamentavelmente até agora isto não foi regularizado.

Então, por isso, Srs. Deputados, este meu projeto apresentado já no ano passado, vem agora para a manutenção ou a derrubada do veto. Eu apenas apelo à consciência dos Srs. Deputados, que devem sentir isso, esse drama nos seus municípios, devem ter pago muitas passagens para deficientes, muitos aqui que até foram Prefeitos sabem deste drama. É necessário que nós regulamentemos esta situação. Se faz parte da Constituição Federal, se está na Estadual, como a Assembléia Legislativa não pode normalizá-la, não pode regulamentá-la? É evidente que para isto vai precisar da intervenção da Secretaria de Transportes do Estado e também das próprias Prefeituras.

Por isso eu apelo à consciência de cada um dos senhores. O projeto ele tem o seu mérito, mérito social e um mérito de direito e além de tudo constitucional. Ele não é inconstitucional. Ele é constitucional. Basta que os senhores realmente entendam esta mensagem e procurem, evidentemente, nos acompanhar na derrubada deste veto. Fica aqui a minha proposta que foi trazida a este Plenário já no ano de 89 e que por uma demora muito grande, somente agora no final do ano é que recebeu o veto do Sr. Governador. Eu espero que os senhores votem com a consciência acima de tudo, deixando até de lado alguma possibilidade até, se é que existe, da ilegalidade do meu projeto. Como eu já explanei, eu estou dentro do que diz a nossa Carta Magna e a Carta Magna da nossa União também. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Inicia-se o processo de votação. O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

Pela manutenção do veto, "Sim", e pela rejeição do veto "Não"

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - (Termina chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Votaram trinta e nove (39) Senhores Deputados.

Designo uma Comissão constituída pelos Deputados:

Deputado Renato Adur, José Artur Ritti, Geraldo Cartário, Algaci Túlio e Severino Félix.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Votaram 39 Srs. Deputados.

Votos Sim 20 (vinte);

Votos Não 18 (dezoito);

Votos em Branco um (um);

Está mantido o veto.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Vamos para a votação do segundo bloco de votos:

Proposição n.ºs 182/90, 013, 027 e 004/91. DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n.º 182/90 - VETO aposto ao Projeto de Lei n.º 546/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 188/90) que aprova crédito suplementar ao orçamento geral do Estado. Com Parecer da C.C.J., favorável à apreciação da proposição pelo Plenário.

OF/DTL/SAT N.º 377/90

Curitiba, 17 de dezembro de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 350/90, desta Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do Art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI PARCIALMENTE o Projeto de Lei n.º 546/90, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre crédito suplementar no valor de Cr\$ 51.500.000,00 (cinquenta e um milhões e quinhentos mil cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n.º 9173/89, sendo Cr\$ 27.000.000,00 para atender despesas da Assembléia Legislativa do Estado e Cr\$ 24.500.000,00 para atender despesas do Tribunal de Justiça do Estado. O veto parcial apostado incidirá sobre o art. 3º e seu parágrafo único.

O não acolhimento aos referidos artigo e parágrafo único, tem como motivação o disposto no art. 43, § 1º, da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964, porque o "excesso" indicado como recurso para cobertura do pretendido crédito, foi indicado para abertura de outros créditos. Esses, os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituiu a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 546/90, encontra-se publicado no D.A. n° 131/90, de 01.11.90).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$... 51.500.000,00, (cinquenta e um milhões e quinhentos mil cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, atende integralmente aos ditames constitucionais federais e estaduais, tendo sido parcialmente vetado pelo Governador do Estado.

O veto governamental, autografado em 17 de dezembro de 1990, está em condições de ser apreciado por esta Casa de Leis, eis que a providência se encontra dentro do prazo regimental previsto, além de atender às demais formalidades legais e regimentais, devendo tomar sua regular tramitação.

Assim, somos de parecer favorável pela sua apreciação em plenário.

Sala das Comissões, em 12.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 013/91 - VETO aposto ao Projeto de Lei n° 539/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à União dos Escoteiros do Brasil - Grupo Escoteiro Baden Powell, o porão do imóvel pertencente à FASPAR, situado na unidade social oficial Diva Pereira Gomes. Com Parecer da C.C.J., favorável à apreciação da proposição pelo Plenário.

OF/DTL/N° 43/91

Curitiba, 08 de janeiro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 388/90, desta Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do Art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei n° 539/90, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que "Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, à União dos Escoteiros do Brasil - Grupo Baden Powell, o porão do imóvel pertencente à FASPAR, situado na unidade social oficial Diva Pereira Gomes, à Av. Anita Garibaldi, 2395 - Guarda-Mirim.

O não acolhimento ao projeto de lei em referência decorre de pronunciamento expedido pela Coordenadoria de Patrimônio do Estado, da Secretaria de Estado da Administração, entendendo que a medida como

posta, relativamente à sua vigência, não se coaduna com as diretrizes adotadas pela Administração em casos de tal ordem, onde a regra é a fixação de prazo certo. Demais disso, não permite constatação segura de que a entidade preenche os requisitos exigidos pela Constituição do Estado, em seu art. 10.

Por oportuno, convém ressaltar que o veto ora apostado ao presente projeto, não afasta a possibilidade de reexame da matéria pelo Poder Executivo, que poderá ser feito após estudos mais aprofundados. Esses, os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituiu a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 539/90, encontra-se publicado no D.A. n° 128/90, de 29.10.90).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 539/90

VETO

P A R E C E R:

Em tela, o Projeto de Lei n° 539/90, que doa o imóvel que especifica à União dos Escoteiros do Brasil - Grupo "Baden Powell".

O projeto, se sancionado como apresentado, fere o dispositivo contido no art. 10 da Constituição Estadual. Assim, considerando ser possível uma adequação compatível à intenção do Autor, sugerimos seja enviado ao mesmo cópia das alegações do veto para que, se assim o desejar, apresente nova proposição atendendo o exigido em lei.

Considerando o exposto, somos favoráveis à tramitação regimental do veto, cabendo ao douto Plenário votação final.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
CARLOS SIMOES - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 027/91 VETO apostado ao Projeto de Lei n° 573/90, de autoria do Deputado JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, que altera a redação da Lei n° 9391, de 01.10.90. Com Parecer da C.C.J., favorável à apreciação da proposição pelo Plenário.

OF/DTL/N° 90/91

Curitiba, 04 de fevereiro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 016/91, desta Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida

pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do Art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 573/90, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar, conforme especifica, dispositivos da Lei nº 8933, de 26 de janeiro de 1989, assim como adotar outras providências, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as alíneas A, B e C, do número 2, do Grupo B, constante do Art. 2º, e sobre os artigos 5º e 6º.

O não acolhimento aos mencionados dispositivos, decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado da Fazenda, tendo o titular daquela pasta, através do Ofício nº 23/91, asseverado:

"Atendendo solicitação de Vossa Senhoria, encaminho-lhe sugestões de veto às alíneas A, B e C, do item 2, e aos itens 5, 6 e 12 do Grupo B, e ao Grupo C, do art. 2º, e aos arts. 5º e 6º do Projeto de Lei nº 573/90, pelas razões seguintes:

A) A redação das alíneas A, B e C, é imperfeita: a expressão "demais alimentos" tem sentido dubio e poderá ser interpretada como alcançando também alimentação humana; além do mais, faltou ao item 2 (dois) em questão, a condicionante "produtos destinados a uso na avicultura e na agropecuária."

B) Os itens 5, 6 e 12 do Grupo B, do Art. 2º, reduzem de 1% para 12% a alíquota incidente sobre veículos de transporte de passageiros e de cargas e sobre "produtos derivados da carne" e terão reflexos negativos sobre a receita do imposto.

C) O veto integral do texto do Grupo C do Art. 2º, justifica-se, pois antes de mais nada, representa um equívoco técnico, pois o projeto em análise prevê alíquotas de 12% e 7% para os mesmos produtos, tais como "leite", feijão, arroz, pão, carnes frescas, etc, além do mais esse dispositivo é inconstitucional, pois, no caso do Paraná, a alíquota interna não poderá ser inferior a 12% (CF. Art. 155, § 2º, VI).

D) O art. 5º reduz a base de cálculo do imposto estabelecendo que só o "seguro" pode ser acrescido ao valor do bem, na composição da Base de Cálculo. Ora, desde que o imposto fora criado a Base de Cálculo do Imposto sempre fora "o valor de que decorrer a saída", ou seja, os valores cobrados ao destinatário a qualquer título. Basta manusear a Lei 6964/72 - Lei Orgânica do ICM do Paraná, em seu art. 3º, § 5º para se confirmar este fato.

E) Os comentários feitos na alínea anterior são válidos para o art. 6º, cujo efeito seria também o de reduzir a base de cálculo do imposto, dela excluindo os chamados "acréscimos financeiros". Este artigo é um convite à fraude e à sonegação, uma "arapuca" contra os cofres públicos.

Curitiba, segunda, em 18.03.91

Eis o conteúdo deste dispositivo: os acréscimos financeiros (correção e juros), se destacados à parte na nota fiscal, não integram a Base de Cálculo. É óbvio que todo empresário passará a vender a prazo, pois o imposto ficaria adstrito a um valor mínimo, a critério do contribuinte. Além do mais esse dispositivo tem caráter inflacionário, pois estimulará vendas parceladas com cobrança de juros e valores atualizadores da moeda.

Acrescente-se, sobre mais, que a experiência prova que a isenção de impostos indiretos não beneficia o consumidor ou usuário final - seu efeito quase sempre é o de aumentar o lucro do empresário."

Esses, os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 573/90, encontra-se publicado no D.A. nº 139/90, de 19.11.90).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

O presente projeto de lei que altera a redação da lei nº 9391, de 01 de outubro de 1990, que institui a cobrança do ICMS, obedece rigorosamente aos ditames constitucionais federais e estaduais, tendo sido parcialmente vetado pelo Governador do Estado.

O veto governamental autografado em 04 de fevereiro de 1991, está em condições de ser apreciado por esta Casa de Leis, eis que a providência está dentro do prazo regimental previsto, além de atender às demais formalidades legais e regimentais, devendo seguir sua regular tramitação.

Assim, somos de parecer favorável pela apreciação em plenário.

Sala das Comissões, em 12.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

HERMAS BRANDÃO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 004/91 - VETO apostado ao Projeto de Lei nº 554/90, de autoria do Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que autoriza o Poder Executivo a isentar de tributação os produtos componentes da cesta básica de alimentos. Com Parecer da C.C.J., favorável à apreciação da proposição pelo Plenário.

OF/DTL/CC/Nº 13/91

Curitiba, 03 de janeiro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 353/90, desta Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida

pelo Art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do Art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei n° 554/90, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo a assegurar isenção de tributação aos produtos componentes da Cesta Básica de Alimentos, assim definidos em legislação federal.

O projeto de lei em referência não mereceu acolhimento em face da inconstitucionalidade que o macula, ao ferir o art. 155, XII, G, da Constituição Federal, bem como a Lei Complementar n° 24/75, que exige deliberação dos Estados e do Distrito Federal para a concessão de isenção de tributos, e que se dará através de convênio específico inexistente até o presente momento.

Demais disso, se não fora a inexistência do sobredito instrumento, causa de óbice ao acolhimento do projeto, o seria a forma de regulamentação empreendida, lei ordinária, quando o texto constitucional impõe, na espécie, lei complementar.

Esses, os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 554/90, encontra-se publicado no D.A. n° 133/90, de 06.11.90).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO N° 04/91

P A R E C E R:

A proposição em tela, veta o Projeto de Lei n° 554/90, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, que tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a isentar de tributação os produtos componentes da cesta básica de alimentos.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual, usando da atribuição que lhe confere os arts. 87, inciso VII e § 1º, do Art. 71, desta.

A razão exposta pelo Sr. Governador para o mencionado veto é a inconstitucionalidade do projeto, por ferir o art. 155, inciso XII, alínea G, da Constituição Federal, bem como a Lei Complementar n° 24/75, que exigem deliberação dos Estados e do Distrito Federal para a concessão de isenção de tributos, e que se dará através de convênio específico inexistente até o presente momento. Além disso, se não fora a inexistência do sobredito instrumento, causa de óbice ao acolhimento do projeto, o seria a forma de regulamentação empreendida, lei ordinária, quando o texto constitucional impõe, na espécie, lei comple-

mentar.

Pelas razões expostas, o nosso parecer é Favorável à manutenção do veto e consequentemente pela aprovação da presente proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

ERONDY SILVÉRIO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Prossegue a votação da mesma forma. Os Deputados que forem favoráveis ao veto, votarão com uma cédula SIM; os que são contrários, com a cédula NÃO.

O Sr. 1º Secretário fará a chamada dos Srs. Parlamentares para votação.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados, para efeito de votação).

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Votaram 35 Srs. Deputados.

Designo uma comissão composta pelos Srs. Deputados Renato Adur, Duílio Genari e Ernani Pudell para a conferência da votação.

Votaram 35 Srs. Deputados. Votos sim, 29; votos não, 05; brancos, 01; nulos, nenhum. - Mantidos os vetos.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 21/91, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, que concede título de Cidadania Honorária do Paraná ao Sr. Cláudio Lachini. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA- (Publ. no D.A. n° 08, de 25.02.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 21/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Rafael Greca de Macedo, o presente plano de lei visa conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Cláudio Lachini.

Analizada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com a Lei n° 5638, de 13 de setembro de 1967, que dispõe sobre as condições essenciais para a concessão de benemerência ou cidadania honorária paranaense. E quanto ao aspecto meritório da mesma, o encontramos muito bem exposto na justificativa do projeto de lei em tela.

Assim sendo, esta relatora nada encontra que possa obstar legalmente o trâmite normal nesta Casa de Leis do projeto em questão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

EMÍLIA BELINATI - Relatora

- Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - O Art. 28 do Regimento Interno estabelece que está dispensada a competência do Plenário para decidir sobre outorga de título de cidadão honorário, salvo se houver recurso na Comissão permanente e competente sobre este caso.

Então, eu gostaria de saber se houve esse recurso, caso contrário eu pediria que o projeto fosse retirado da Ordem do Dia e encaminhado à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Tem procedência a vossa argumentação.

No entanto, esse projeto está em regime de urgência, razão única pela qual ele consta da Ordem do Dia. Tenho impressão que deve ser o último projeto de cidadania honorária que vem para o Plenário na forma da Ordem do Dia, mantendo-se apenas na OCJ. Então, o fato porque consta na Ordem do Dia, é por estar em regime de urgência, e estando assim não pode sair de votação. Creio ter dado a resposta ao Deputado Ernani Pudell. Em discussão. Em votação. - Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 15/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que altera o memorial descritivo contido no art. 1° da Resolução n° 58/90, de 28.08.90. - (Publ. no D.A. n° 08, de 25.02.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 15/91

P A R E C E R:

O Projeto de Resolução n° 15/91, de autoria do Deputado Anibal Khury, merece aprovação, eis que em perfeita consonância com os dispositivos constitucionais federais e estaduais que versam sobre a matéria.

Outrossim, é lúdima a alteração sobre a qual versa, eis que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, é o órgão responsável pela divisão administrativa no país.

Por isto, somos pela aprovação do presente projeto de resolução.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sobre a mesa, requerimento de n° 430, de autoria dos Srs. Deputados Anibal Khury, Ademar Traiano, Erondy Silvério e demais Srs. Deputados, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 433, de autoria do Sr.

Curitiba, segunda, em 18.03.91

Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 431, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. - Aprovado.

Q SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr. Presidente, apenas quero registrar o nosso voto desfavorável ao requerimento, da Bancada do PT e do PSB também.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós concordamos plenamente com o requerimento do Deputado Geraldo Cartário e solicitamos de nossa Bancada, bem como também de nossos aliados, que votem favorável pela importância que se reveste a posse do Dr. Lincoln da Cunha Pereira à frente da Associação Comercial do Estado de São Paulo.

Nós, há questão de 10, 15 dias atrás, estivemos com outros Parlamentares, Deputados Colombino Grassano, Albino Corazza e Arlindo Troian, em Brasília, representando este Parlamento, por ocasião da posse do Dr. Wilson Tissi à frente da OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras e o requerimento do Deputado Geraldo Cartário nos traz à mente que é mais um paranaense, um ex-Deputado estadual que por aqui transitou, que hoje, no Estado de São Paulo, fora portanto do Estado do Paraná, conquistou um espaço que poucos paranaenses têm conquistado dentro de sua terra. Nós sabemos quantos são aqueles que, não paranaenses, aqui no nosso Estado, encontram guarida e ocupam posição de destaque. E nós enalteçemos isso muitas vezes, porque não iríamos enaltecer e elogiar um evento como esse, onde um paranaense, ex-Parlamentar desta Casa, vem ocupar um cargo de relevância naquele Estado, que é a Presidência da Associação Comercial, daquele que é, sem sombra de dúvida, o Estado de maior importância econômica deste País. Uma função que se reveste de uma grandiosidade que a nós, paranaenses, só nos traz orgulho.

Eu quero me solidarizar de antemão em meu nome particular, em nome da minha bancada, com o Deputado Geraldo Cartário por essa iniciativa e procuraremos, independente de aprovação ou não deste Plenário, comparecer a esta solenidade porque, no nosso entendimento, é um paranaense que consegue destaque lá fora e merece da parte deste Poder, todo o apoio e todo o esforço que se fizer necessário para que possa bem conduzir aquela Associação.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu quero dar um testemunho, porque fui companheiro do Deputado Lincoln da Cunha Pereira na Assembléia Legislativa do Paraná. No Governo que ele e eu servimos atingiu a Secretaria do Trabalho e prestou grandes serviços à Assembléia Legislativa e ao Paraná; foi um excelente Secretário do Trabalho, um homem cujo passado engrandece este Estado. Se não fosse pelo motivo de representar o nosso Estado em São Paulo, centro financeiro, centro econômico, Estado de maior pujança deste País e a ascensão de um paranaense ao posto de Presidente da Associação Comercial de São Paulo bem evidencia as suas qualidades, o seu caráter e o seu comprometimento com as classes produtoras não só de São Paulo mas de todo o País.

É justa a homenagem que esta Assembléia vai prestar, mesmo porque, filho de um tronco que se formou neste Estado, cujo pai foi como magistrado um exemplo de inteligência, de cultura, de seriedade, de responsabilidade, ao Deputado Lincoln da Cunha Pereira e dela não podia se desassociar a Assembléia Legislativa do Paraná.

O Partido Liberal se associa a este requerimento, dá seu apoio e votará favoravelmente.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, eu só quero esclarecer que a posição da Bancada do PT, em momento algum entrou no mérito da homenagem a esse cidadão ilustre.

O que apenas nós nos opusemos à formação dessa Comissão foi pelo mesmo motivo e coerente com a idéia de que o Estado, já tão combalido em suas finanças, não pode arcar com despesas desse tipo de comissões que vão se deslocar a outro Estado.

Nós entendemos que os serviços públicos estão falidos neste País, em especial neste Estado e é importante que nós comecemos a dar o exemplo de respeito ao erário público. Eu entendo até que outras formas poderíamos adotar para prestigiar esse cidadão, como por exemplo, votos de congratulações, parabenizando, título de cidadão honorário, que saíam bem mais, seriam bem mais econômicos aos cofres públicos.

Então, só quero registrar que, de forma alguma, estamos questionando o mérito da homenagem. Nós apenas estamos questionando o custo disso para o erário público.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem) - A justificativa é bem clara: trata-se de um paranaense ilustre, e eu quero agradecer ao nosso comandante dos aliados, o Deputado Orlando Pessuti, pela forma como se manifestou de apoio ao nosso requerimento. Da mesma forma, quero agradecer ao

Deputado Colombino, Líder do PL, porque aqui o Paraná sabe e os nossos companheiros do PT sabem. O Paraná tem o seu povo passando dificuldades, mas o Estado é um Estado rico. O que falta é capacidade e criatividade, para que o Paraná dê ao seu povo o que ele merece.

Por esta razão é que o povo nos elegeu, para lutarmos em prol de todos. E a Presidência da Associação Comercial de São Paulo, sem dúvida alguma, vai oferecer dividendos, grandes dividendos ao Estado do Paraná, porque o seu Presidente, que vai assumir lá em São Paulo, é um paranaense. E quem não lembra do seu irmão aqui no Paraná, o Dr. Francisco Cunha Pereira, nas suas campanhas paranistas, que tem colocado o Paraná em destaque a nível nacional, trazendo dividendos constantemente ao nosso Estado.

Por isto é que acho que o requerimento deve merecer o apoio de todos, inclusive da Bancada do PT e do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerrado o processo de discussão. Em votação. Aprovado.

Requerimento de n° 416, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 407 a 410, de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 423 e 425, 427 e 428, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 417, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 419 a 421, de autoria do Sr. Deputado Edson Silva Lino, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 418, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 415, de autoria do Sr. Deputado Albino Corazza, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 426, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 434, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 412 a 414, de au-

toria do Sr. Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 424, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 411, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

Só gostaria de convidar os Srs. Deputados que integraram a Comissão que visitou os Hospitais Cajuru e Evangélico, para uma reunião agora na Sala das Comissões. E os que não participaram e queiram se aliar

a esta reivindicação dos hospitais, que compareçam.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 21/91 e do Projeto de Resolução n° 15/91.
- 1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 19/91 e do Projeto de Resolução n° 19/91.

Levanta-se a sessão.